

Uma Análise Sobre a Reinserção Social no Estado de São Paulo: Estudo de Caso do Programa De Olho no Futuro

Luana Sacramento de Souza

Orientador: Prof^a. Doutora Maria José da Silveira Ferreira Núncio

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Política Social

Lisboa
2020

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Uma Análise Sobre a Reinserção Social no Estado de São Paulo: Estudo de Caso do Programa De Olho no Futuro

Luana Sacramento de Souza

Orientador: Prof. Doutora Maria José da Silveira Núncio

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Política Social

Júri:

Presidente:

Doutora Rosária Maria Pereira Ramos

Vogais:

Doutora Maria José da Silveira Ferreira Núncio

Doutora Dália Maria de Sousa Gonçalves da Costa

Lisboa
2020

Agradecimentos

Ao Edirlei, meu amor e maior incentivador que eu poderia ter. Nós já vivemos tantas coisas lindas, conhecemos tantos lugares incríveis, mas nada seria tão incrível se você não estivesse comigo. Obrigada por tanto apoio e incentivo. Você me faz querer ser sempre melhor e é assim que todos os relacionamentos devem ser. Ainda conheceremos muitos lugares juntos. Obrigada por ser exatamente assim como você é. Você é minha maior inspiração. Te amo.

À Cleuza, minha mãe. Que sempre foi meu maior e melhor porto seguro. Lembra de quando te esperava na porta do banheiro porque nunca consegui ficar longe de você por muito tempo? Hoje moramos a um oceano de distância e não existe um dia da minha vida em que eu não queira estar, de novo, te esperando na porta do banheiro. Obrigada Mãe, por ter me criado com tanta liberdade. Hoje, meu maior sonho é que você veja tudo o que eu já vi. Te amo.

Ao Jair, meu pai. Que sempre me enxergou através de uma lupa. Que sempre fez questão de participar da minha vida escolar e sempre me incentivou a buscar por mais. Acho que muito da minha determinação eu herdei do senhor. Obrigada Pai, por vibrar por cada minúscula conquista minha, e por se orgulhar de mim com tanto entusiasmo assim como eu me orgulho em ser sua filha. Te amo.

À Katia, Guilherme, Pietro e Leandro, meus irmãos. Agradeço por todo apoio e carinho que sentem e demonstram por mim. Sei que por muitas vezes estive ausente nesse período, mas saibam que nem por um minuto vocês estão longe dos meus pensamentos. Amo vocês.

À Clemência, Cícero, Benjamin (*in memoriam*) e Hilda, meus avós. Que durante toda minha vida me deram tanto suporte. Hoje, poucas coisas na vida me causam tanta alegria do que saber que vocês estão felizes e saudáveis. Vocês me inspiram todos os dias. Amo vocês.

À Maria José, minha orientadora. Que colaborou e apoiou a ideia deste trabalho desde o primeiro momento. Obrigada por todo apoio durante essa caminhada. A senhora me inspira.

À equipe da FUNAP e a todos os técnicos e voluntários que, respondendo ao questionário ou auxiliando com informações, contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa que resultou neste trabalho. Muito obrigada!

Ao Wagner e à Eduarda. Que percorreram esse caminho junto comigo. Ter conhecido vocês, tornou essa caminhada muito mais fácil e feliz.

À Jocymara e Vivian, minhas amigas. Que lá atrás incentivaram e apostaram em meu crescimento. Obrigada por terem me levado em tantas palestras e reuniões e por tantos ensinamentos. Tudo isso com certeza facilitou minha chegada até aqui. Vocês me inspiram. Muito obrigada!

E por fim, ao Toxu, meu cachorro. Que tanto soube me amar, mesmo nos piores momentos dessa caminhada. Que me faz sentir um amor e uma felicidade única. Obrigada por todo amor e alegria que trouxe para nossas vidas. Tudo é infinitamente muito melhor com você. Te amo.

Resumo

No contexto prisional, a reinserção social visa dotar o recluso de competências profissionais e pessoais, devolver a sua dignidade, elevar a sua autoestima, diminuir o seu tempo ocioso durante o encarceramento e, principalmente, prevenir a reincidência criminal. Tais princípios básicos podem ser obtidos através da efetivação de programas que levem a formação educacional e profissional aos reclusos. Entretanto, a falta de políticas públicas e o descaso das autoridades tornam o processo de reintegração dos reclusos cada vez mais distante das penitenciárias brasileiras. Nesse contexto, o presente trabalho visa analisar o Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - “De Olho no Futuro” desenvolvido pela Funap no estado de São Paulo. Busca-se elaborar um diagnóstico da realidade do sistema prisional no estado, tendo como foco a análise das estratégias adotadas pelo programa, o perfil da população prisional, além de características específicas do ambiente prisional e das atividades nele desenvolvidas. Através do presente estudo de caso, foi possível identificar os principais problemas que afetam a efetividade das ações de reinserção social no estado de São Paulo, assim como propor melhorias gerais que podem ser utilizadas para aprimorar as características ressocializadoras das ações desenvolvidas no contexto do programa “De Olho no Futuro”.

Palavras-chave: Reinserção Social; Sistema Prisional; População Prisional; Políticas Públicas; Reincidência Criminal.

Abstract

In the prison context, social reintegration aims to provide prisoners with professional and personal skills, to restore their dignity, to raise their self-esteem, to decrease their idle time during incarceration and, above all, to prevent criminal recidivism. These basic principles can be obtained through the implementation of programs that bring educational and professional training to prisoners. However, the lack of public policies and the general disregard of the authorities makes prisoners' reintegration process more and more distant from Brazilian prisons. In this context, the present work aims to analyze the Education for Work and Citizenship Program - "De Olho no Futuro" developed by Funap in the state of São Paulo. We aim at elaborating a diagnosis of the reality of the prison system in the state of São Paulo, focusing on the analysis of the strategies adopted by the program, the profile of the prison population, and specific characteristics of the prison environment and the activities developed there. Through this case study, it was possible to identify the main problems that affect the effectiveness of social reintegration actions in the state of São Paulo, as well as to propose general improvements that can be used to enhance the re-socializing characteristics of the activities developed in the context of the program "De Olho no Futuro".

Keywords: Social Reintegration; Prison System; Prison Population; Public Policies; Criminal Recidivism.

Índice

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1. O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO..... | 14 |
| 1.1 População Prisional..... | 18 |
| 1.2 Perfil da População Prisional no Estado de São Paulo | 21 |
| 2. REINSERÇÃO SOCIAL | 27 |
| 2.1 Reinserção Social no Sistema Prisional Brasileiro | 29 |
| 2.2 Reinserção Social no Estado de São Paulo: O Programa “De Olho no Futuro” | 33 |
| 2.2.1 Formação Social | 36 |
| 2.2.2 Formação Profissional | 39 |
| 2.2.3 Atividades Culturais..... | 41 |
| 2.3 Análise de Programas de Reinserção Social: o Estado da Arte | 44 |
| 3. METODOLOGIA..... | 49 |
| 4. ANÁLISE DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E CIDADANIA - “DE OLHO NO FUTURO” | 54 |
| 5. CONCLUSÕES | 66 |
| REFERÊNCIAS | 71 |
| ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTAS | 86 |

Índice de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1. Crescimento no número de unidades prisionais dentro do território brasileiro no período de 2000 a 2019. | 15 |
| Figura 2. Total de atendimentos realizados no contexto da formação social no período de 2013 a 2019. Em 2019 são contabilizados apenas os atendimentos realizados no primeiro semestre do ano. | 38 |
| Figura 3. Total de atendimentos realizados no contexto da formação profissional no período de 2013 a 2019. Em 2019 são contabilizados apenas os atendimentos realizados no primeiro semestre do ano. | 40 |
| Figura 4. Total de atendimentos realizados no contexto das atividades culturais no período de 2013 a 2019. Em 2019 são contabilizados apenas os atendimentos realizados no primeiro semestre do ano. | 44 |

Índice de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1. Total de estabelecimentos prisionais dentro do território brasileiro por tipo e ano no período de 2015 à 2019. | 16 |
| Tabela 2. Total e percentagem de presos primários e reincidentes no período de 2005 à 2007 para os estabelecimentos que fornecem tais informações ao Infopen. | 17 |
| Tabela 3. Quantidade de pessoas presas por faixa etária no estado de São Paulo em 2019.. | 22 |
| Tabela 4. Quantidade de presos por tipo de crime cometido no estado de São Paulo em 2019..... | 23 |
| Tabela 5. Quantidade de presos por tempo total de penas no estado de São Paulo em 2019. | 24 |
| Tabela 6. Quantidade de presos por grau de instrução no estado de São Paulo em 2019. | 25 |
| Tabela 7. Quantidade de presos por Cor de Pele/Raça/Etnia no estado de São Paulo em 2019..... | 25 |

Índice de Acrónimos

CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CPS - Centro Paula Souza

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

Depen - Departamento Penitenciário Nacional

Funap - Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Infopen - Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro

LEP - Lei de Execução Penal

MEC - Ministério da Educação

ONU - Organização das Nações Unidas

PEESP - Plano Estratégico de Educação no âmbito Sistema Penal

SAP - Secretaria da Administração Penitenciária

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime

INTRODUÇÃO

Um dos objetivos das instituições penitenciárias é reintegrar os reclusos. Se, por um lado, elas servem como um método de punição para o infrator pelo mal que ele causou à sociedade, por outro lado, as prisões também têm o dever de transformar e reeducar o recluso, de modo que ele possa regressar ao meio social como um cidadão plenamente inserido. Esse processo, conhecido como reinserção social, tem como objetivo a ressocialização dos reclusos através do acompanhamento e da realização de atividades educacionais, profissionais e culturais, desenvolvidas no sentido de auxiliar a reintegração do recluso na sociedade e prevenir a reincidência criminal.

Dentre as diversas atividades utilizadas para auxiliar na reinserção social destaca-se a educação, a formação profissional e o trabalho. Diversos estudos apontam que os reclusos que frequentam aulas ou cursos de formação profissional durante o período de encarceramento têm menor probabilidade de reincidirem (Porporino e Robinson, 1992; Quantick, 2007; Ellison et al. 2017; Newton et al. 2018). Conforme estabelecido pela Lei de Execução Penal Brasileira (Lei nº 7.210/1984), o acesso à assistência educacional é um direito garantido à pessoa privada de liberdade e deve ser oferecido pelo estado na forma de instrução escolar e formação profissional, visando a reintegração da população prisional na sociedade.

Mesmo sendo previsto em lei, a verdade é que, na prática, o sistema prisional brasileiro ainda encontra dificuldades em aplicar as políticas de reinserção social. Apesar de não existirem dados atuais, de acordo com o relatório elaborado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do sistema carcerário brasileiro, a taxa de reincidência em 2008 situava-se entre 70% e 80% (Brasil, 2008). Em outro relatório mais recente, elaborado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 2015, aponta-se para uma taxa de reincidência de 24,4%, porém tal resultado foi obtido por uma análise amostral de apenas 817 processos em cinco estados brasileiros (IPEA, 2015). Essa escassez de informações públicas sobre a reincidência criminal dificulta uma real avaliação da eficácia dos programas de reinserção social desenvolvidos nas penitenciárias.

No contexto do estado de São Paulo, observam-se algumas ações em curso com intuito de capacitar e dar escolaridade aos reclusos do sistema penitenciário. Estas ações visam criar condições para que, no final da pena, o recluso possa retornar ao convívio social com uma nova perspectiva de vida. Como exemplo, pode-se citar o Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - “De Olho no Futuro” (Funap, 2020a), o qual é desenvolvido pela Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” de Amparo ao Preso (Funap), através de parcerias com instituições de ensino e organizações da sociedade civil, como o Instituto Neotropical, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), SENAI e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Estas instituições oferecem cursos profissionalizantes com certificação, na perspectiva da formação integral do indivíduo (cidadania, empreendedorismo, cooperativismo, gestão, entre outros) e com ênfase em profissões de exercício autônomo (como microempreendedores individuais). O programa visa permitir que as pessoas privadas de liberdade possam participar de atividades teórico-práticas de educação profissional que auxiliem no desenvolvimento de mudanças no comportamento e aquisição de conhecimentos para o desenvolvimento de competências e habilidades. De acordo com a Funap (2019a), o programa “De Olho no Futuro” completou seis anos em 2019, período no qual foram realizados mais de 700 mil atendimentos profissionalizantes, sociais e atividades culturais.

A Funap foi fundada pelo Governo do estado de São Paulo por meio da Lei nº 1.238, de 22 de dezembro de 1976, de forma vinculada à Secretaria de estado da Administração Penitenciária, sendo atuante em 173 estabelecimentos prisionais (SAP, 2019). A Funap tem por missão institucional desenvolver e planejar no âmbito do estado São Paulo, programas sociais nas áreas da educação, cultura, assistência jurídica e capacitação profissional, visando ajudar as pessoas que se encontrem privadas de liberdade a desenvolver seus potenciais como cidadãos e profissionais, contribuindo assim para a inclusão social dos mesmos.

Apesar da Funap coordenar diversos programas de reinserção social, poucas informações sobre este programa são divulgadas. Além disso, existe uma escassez de estudos sobre a real viabilidade dos seus objetivos em comparação com os resultados alcançados. Através de dados gerais do sistema prisional brasileiro, sabe-se apenas que estes programas abrangem uma taxa muito pequena de reclusos em comparação com a população carcerária total. Segundo o Infopen (2019), em 2019 apenas 12,34% da população prisional do estado de São

Paulo estava envolvida em algum tipo de atividade educacional (um total de 29.178 indivíduos em um universo de 236.534 reclusos), sendo 7,57% (17.919 indivíduos) em atividades de ensino (alfabetização, ensino fundamental e ensino médio), 0,24% (563 indivíduos) em atividades de formação profissional (ensino superior, cursos técnicos e profissionalizantes), e 4,52% (10.696 indivíduos) em atividades educacionais complementares (clubes de leitura, videoteca, atividades de lazer e cultura).

Neste contexto, o presente trabalho parte do seguinte questionamento: qual a real efetividade do programa “De Olho no Futuro” desenvolvido pela Funap no estado de São Paulo? Apesar de não existirem dados oficiais ou estudos, avaliando a sua efetividade, parte-se da suposição inicial de que as políticas públicas não são eficientes, dada a crescente população prisional e as altas taxas de reincidência.

O objetivo geral do presente trabalho é analisar as políticas públicas de reinserção social desenvolvidas no contexto do programa “De Olho no Futuro”, considerando as estratégias adotadas e a capacidade do programa em propiciar condições para a autonomia e melhoria da qualidade de vida dos reclusos. Espera-se identificar problemas e propor melhorias gerais no âmbito das políticas públicas de reinserção social.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: o capítulo 1 apresenta uma análise do sistema prisional brasileiro juntamente com dados estatísticos sobre a população prisional no estado de São Paulo, visando estabelecer o perfil da população prisional; o capítulo 2 apresenta uma revisão da literatura relacionada a reinserção social, incluindo as leis que abrangem a reinserção social no sistema prisional e a forma como o Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - “De Olho no Futuro” desenvolve as atividades de reinserção social no estado de São Paulo; o capítulo 3 descreve a metodologia de pesquisa utilizada no presente trabalho; o capítulo 4 apresenta os resultados da análise do programa “De Olho no Futuro”; e, por último, o capítulo 5 apresenta as conclusões do presente estudo.

1. O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

O Sistema Prisional Brasileiro é coordenado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o qual consiste em um órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional, emanadas, principalmente pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (Depen, 2018).

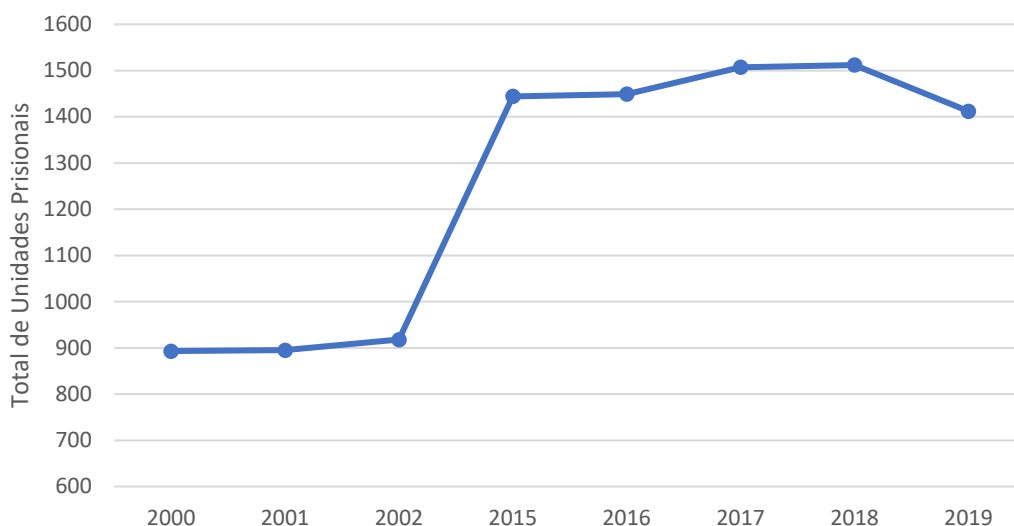
Em relação às leis que regem o funcionamento do Sistema Penitenciário Brasileiro, a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Art. 5º, estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e garante ao reeducando o respeito à sua integridade física e moral. Da mesma forma, as Regras Mínimas da ONU para Tratamento dos Reclusos estabelecem princípios e direitos, consagrados universalmente, relacionados à organização penitenciária e ao tratamento direcionado a prisioneiros (UNODC, 2016). Tais regras são complementadas pela Lei de Execução Penal (LEP), n. 7.210/1984, que diz que o condenado deve ser contido ao isolamento noturno em cela individual que contenha 6m² e condições aceitáveis de salubridade, sendo um meio de que o próprio condenado tenha consciência que seus direitos estão ativos e eficazes.

Em relação à reinserção social, a LEP prevê orientação e apoio aos ex-reclusos, objetivando sua reintegração à sociedade. Caso haja necessidade, o artigo II também prevê a concessão de alojamento e alimentação pelo prazo de 2 meses. Além disso, a LEP também prevê a assistência para obtenção de trabalho, visando orientar os ex-reclusos no seu retorno a sociedade, com o intuito de diminuir o risco de reincidência criminal.

No Brasil, a população prisional, e consequentemente o número de unidades prisionais, vêm crescendo significativamente ao longo dos últimos anos. Como se pode observar na Figura 1, no ano 2000 existiam 893 prisões, já em 2015 esse número passou a 1444 (Infopen, 2000; Infopen, 2015), o que representa um crescimento de 61,7% em um período de 15 anos. Apesar de uma pequena redução no número de estabelecimentos em 2019, o país ainda conta com 1412 unidades prisionais, distribuídas nos 27 estados do país (Infopen, 2019). Dentre os estados com maior número de unidades prisionais, destaca-se o estado de Minas Gerais com 233 unidades e também o estado de São Paulo com 173 unidades prisionais. Dentre os estados

com o menor número de prisões, destacam-se Roraima com 5 unidades prisionais (Infopen, 2019).

Figura 1. Crescimento no número de unidades prisionais dentro do território brasileiro no período de 2000 a 2019.



Fonte: Infopen (Figura produzida pela autora).

A LEP, em seu artigo 94, prevê a existências de 5 tipos de estabelecimentos prisionais: (1) as prisões, as quais devem ser usadas para permanência dos reclusos que foram condenados ao regime fechado; (2) as colônias agrícolas, industriais e semelhantes, que recebem os reclusos que cumprem regime semiaberto; (3) as casa do albergado, responsável por acolher presos em regime aberto e à pena de limitação de fim de semana; (4) os hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, que destinam-se aos doentes mentais, aos portadores de desenvolvimento mental incompleto e aos que manifestam perturbações mentais; e (5) as cadeias pública, para onde devem ser destinados os presos provisórios provindos de prisão em flagrante, temporária e prisão preventiva.

A partir de 2015, o Infopen passou a incluir em seus relatórios analíticos o total de unidades prisionais dividido pelos diferentes tipos de estabelecimentos definidos pela LEP, onde é possível observar que em 2019 mais de 42% das unidades prisionais brasileiras são cadeias públicas (Infopen, 2019), as quais destinam-se principalmente a presos provisórios. Como já discutido por Favaro (2008), tal caráter provisório gera efeitos negativos nos programas de reinserção social, pois gera resistência por parte dos governantes e funcionários devido a

“curta permanência” do preso no estabelecimento. Entretanto, para muitos, o que deveria ser um curto período acaba sendo efetivamente cumprimento da pena devido a lentidão dos processos de julgamento. A Tabela 1 apresenta o total e a percentagem de cada tipo de estabelecimento prisional no período de 2015 a 2019.

Tabela 1. Total de estabelecimentos prisionais dentro do território brasileiro por tipo e ano no período de 2015 a 2019.

| Tipo de Estabelecimento/Ano | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Cadeias Públicas | 711 (50.3%) | 737 (48.0%) | 754 (49.1%) | 714 (47.2%) | 597 (42.3%) |
| Penitenciárias | 341 (24.1%) | 345 (22.5%) | 364 (23.7%) | 368 (24.3%) | 372 (26.3%) |
| Colônias Agrícolas e Industriais | 113 (8.0%) | 118 (7.7%) | 114 (7.4%) | 107 (7.1%) | 110 (7.8%) |
| Casas do Albergado | 24 (1.7%) | 25 (1.6%) | 22 (1.4%) | 15 (1.0%) | 15 (1.1%) |
| Hospitais de Custódia | 28 (2.0%) | 28 (1.8%) | 26 (1.7%) | 26 (1.7%) | 26 (1.8%) |
| Outros | 197 (13.9%) | 281 (18.3%) | 257 (16.7%) | 282 (18.7%) | 292 (20.7%) |

Fonte: Infopen (Tabela produzida pela autora).

Em termos de investimento, de acordo com o Portal da Transparência (2019), o país gastou R\$ 1.718.460.742,23 em construção de novas unidades prisionais, ampliação e reforma de presídios no período de 2015 a 2018. Por outro lado, nesse mesmo período, investiu somente R\$ 317.602.596,93 em atividades educacionais e de formação voltadas à reintegração social dos reclusos.

Tais números deixam claro que, pelo menos até 2018, a estratégia adotada pelo país para lidar com o aumento da população prisional foi a construção de novas unidades prisionais. Porém, como apontado por Falcade e Luz (2019), somente construir presídios e prender pessoas não diminui a criminalidade e violência. Para Falcade e Luz (2019), é necessário investir na formação e no desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como uma medida para evitar a formação do criminoso, além de investir na ressocialização daqueles que já estão envolvidos no mundo do crime.

O encarceramento em massa é um dos principais problemas que afeta o sistema prisional brasileiro, o qual tem encontrado grande dificuldade na tentativa de reverter tal quadro. As políticas promovidas pelo governo em geral são voltadas somente para questões emergenciais, como a criação de novas vagas e novas unidades prisionais para suportar a superpopulação carcerária (Junior, 2016). Consequentemente, questões importantes ligadas

ao sistema prisional, como as altas taxas de reincidência, são deixadas de lado, o que colabora para a manutenção do encarceramento em massa.

Dados oficiais sobre as taxas de reincidência são extremamente escassos. Até o ano de 2007, o Infopen possuía em seu relatório analítico um item no qual destacava-se a quantidade de presos primários e reincidentes. Porém, nos anos seguintes, tal informação deixou de ser apresentada sem nenhuma justificativa para tal omissão. Apesar disso, com os dados existentes para o período de 2005 a 2007 (Infopen, 2005; Infopen, 2006; Infopen, 2007), já é possível observar taxas alarmantes no número de reincidentes (Tabela 2). Contudo, é importante destacar que os dados apresentados na Tabela 2 não representam o sistema prisional como um todo, uma vez que apenas uma percentagem de estabelecimentos prisionais enviaram os dados ao Infopen. Além disso, existe uma variação na quantidade de estabelecimentos prisionais que enviaram as informações em cada ano. Em 2005, apenas 35% das unidades informaram ao Infopen o número de reincidentes, em 2006 esse número passou para 62%, já 2007 obteve-se as informações de 85% dos estabelecimentos prisionais. Sendo assim, não é possível concluir que houve um aumento de 50% no número de reincidentes (como apontado pelos dados), mas é possível observar a relação entre a quantidade de presos primários e reincidentes.

Tabela 2. Total e percentagem de presos primários e reincidentes no período de 2005 à 2007 para os estabelecimentos que fornecem tais informações ao Infopen.

| Tipo de Preso/Ano | 2005 | 2006 | 2007 |
|--|----------------|----------------|----------------|
| Presos Primários com Uma Condenação | 37.194 (38.5%) | 58.465 (36.4%) | 94.209 (42.8%) |
| Presos Primários com Mais de uma Condenação | 22.696 (23.5%) | 34.161 (21.3%) | 51.575 (23.4%) |
| Presos Reincidentes | 36.663 (38.0%) | 67.948 (42.3%) | 74.439 (33.8%) |

Fonte: Infopen (Tabela produzida pela autora).

Ao analisar os dados do sistema prisional brasileiro fica claro que este é marcado por diversas carências estruturais e processuais que afetam diretamente os resultados das políticas públicas que tentam abranger toda a população prisional. Como apontado por Andrade et al. (2015), tais carências vão desde a falta de profissionais capacitados como assistentes sociais, psicólogos e profissionais da área da saúde, até a falta de condições mínimas dentro dos estabelecimentos prisionais que permitam o desenvolvimento de políticas públicas mais abrangentes. Segundo Falcade e Luz (2019), a situação das penitenciárias brasileiras

representa uma afronta à dignidade e integridade do ser humano, pois agrava problemas psicológicos e emocionais, além de dificultar a reabilitação dos reclusos que buscam uma oportunidade de deixar o mundo do crime.

1.1 População Prisional

O Brasil possui uma população de 210.860.190 (IBGE, 2019) e é o terceiro do mundo em população carcerária, possuindo capacidade para abrigar 461.026 presos, mas em Junho de 2019 já acolhia 773.151 pessoas (Infopen, 2019), o que representa uma taxa de lotação 67,7% acima do número total de vagas. Para cada 100 mil habitantes, existem 367,91 pessoas presas (Infopen, 2019). Segundo o Infopen (2016), em Junho de 2016 a população prisional brasileira ultrapassou, pela primeira vez na história, a marca de 700 mil pessoas privadas de liberdade, o que representa um aumento da ordem de 707% em relação ao total registrado no início da década de 90.

Em relação aos principais motivos de condenação no Brasil, o Infopen (2019) destaca o tráfico (39,37%), roubo/furto (36,70%) e homicídio (11,37%). Segundo o Infopen (2019), em Junho de 2019, 44% da população prisional era formada por jovens (com idade entre 18 e 29 anos, segundo classificação do Estatuto da Juventude - Lei nº 12.852/2013). Ao observarmos a participação dos jovens na população brasileira total, é possível afirmar que esta faixa etária está sobrerrepresentada no sistema prisional, visto que os jovens com idade entre 18 e 29 anos representam 18,1% da população total no Brasil (IBGE, 2018) e estes compõem 44% da população no sistema prisional (Infopen, 2019).

Ao observar os dados estatísticos sobre a população prisional brasileira, é fácil concluir que o sistema prisional enfrenta uma grande crise devido aos altos índices de encarceramentos, os quais têm aumentado consideravelmente ao longo dos últimos anos. Segundo Zackseski et al. (2017), o crescimento da população reclusa é um fenómeno global que se expandiu como resultado de mudanças no uso da prisão como instrumento de controle e gerenciamento do crime. Zackseski et al. (2017) também aponta que o crescimento do encarceramento em massa decorre do fato que as prisões assumiram o papel dos guetos na gestão da pobreza, mediante a exclusão dos pobres. Tal fenómeno pode ser associado à cultura do controle do crime e a legitimação da política do castigo institucional.

No Brasil, ser de classes sociais mais baixas e de setores marginalizados da sociedade são qualificadores para a intervenção seletiva do sistema punitivo estatal. Para Baratta (1999), a cultura do encarceramento ocorre ao nível da interação social, desencadeado pela opinião pública que muitas vezes é induzida pela mídia que reforça a ideia da “punição a todo e qualquer custo”.

Segundo Pastana (2009), o encarceramento em massa reflete uma estrutura de dominação contemporânea que mascara a exclusão capitalista, o isolamento e a neutralização dos miseráveis. Para Pastana (2009), as altas taxas de encarceramento não têm relação direta com o aumento da criminalidade, mas sim com o aumento dos miseráveis que são totalmente excluídos do universo do trabalho. Tal ideia também é exposta por Wacquant (1999), que afirma a existência de uma estreita correlação entre a deterioração do mercado de trabalho e o aumento dos presos. Ao mesmo tempo, Wacquant (1999) também indica que não existe nenhum vínculo comprovado entre os índices de criminalidade e o índice de encarceramento. Essa mesma afirmação também é feita por Macaulay (2006), que indica que o aumento da população prisional é o resultado de políticas que visam aprisionar suspeitos de modo rotineiro, sem que isso necessariamente seja um reflexo do aumento das taxas de criminalidade.

Devido ao excesso de reclusos, o sistema prisional brasileiro tem encontrado inúmeras dificuldades para aplicar a pena com o propósito de ressocializar o recluso. Com isso, a pena de prisão tem servido apenas com o propósito de restrição de liberdade em resposta ao delito praticado, perdendo seu caráter ressocializador. Entretanto, conforme estabelecido pela Lei de Execução Penal Brasileira (Lei nº 7.210/1984), o acesso à assistência educacional e profissional é um direito garantido à pessoa privada de liberdade e deve ser oferecido pelo estado na forma de instrução escolar e formação profissional, visando a reintegração da população prisional à sociedade. Isso se torna ainda mais importante ao observa-se que 48,27% dos reclusos não têm o ensino fundamental completo, 4,78% são alfabetizados sem cursos regulares e 2,42% são analfabetos (Infopen, 2019).

Os dados disponibilizados pelo Infopen (2019) em relação às atividades educacionais desenvolvidas nos presídios são discriminados entre atividades de ensino escolar, que compreendem as atividades de alfabetização, formação de ensino fundamental até ensino

superior, cursos técnicos (acima de 800 horas de aula) e curso de formação inicial e continuada (capacitação profissional, acima de 160 horas de aula); e atividades complementares, que compreendem os reclusos matriculados em programas de remição pelo estudo através da leitura, pessoas matriculadas em programas de remição pelo estudo através do esporte e pessoas envolvidas em demais atividades educacionais complementares (tais como, cultura atividades de lazer e videoteca). Ao observar os dados do Infopen, é possível perceber que apenas 14,28% das pessoas privadas de liberdade no Brasil estão envolvidas em algum tipo de atividade educacional (um total de 110.377 reclusos), sendo 9,82% em atividades de ensino escolar (75.935 indivíduos) e 4,45% em atividades complementares (34.442 indivíduos).

Da população prisional que se encontra envolvida em atividades de ensino escolar, 18,88% encontram-se matriculados em atividades de alfabetização (14.335 indivíduos), 52,01% no ensino fundamental (39.490 indivíduos), 25,10% no ensino médio (19.060 indivíduos), 0,94% no ensino superior (711 indivíduos), 0,56% em cursos técnicos (425 indivíduos), e 2,52% em atividades de capacitação profissional (1.914 indivíduos).

Em relação ao trabalho como forma de reinserção social, a Lei de Execução Penal Brasileira afirma que o trabalho do condenado deve ter finalidade educativa e produtiva, podendo ser realizado no interior do estabelecimento penal (para presos provisórios e condenados) ou fora do estabelecimento penal (para condenados que já tenham cumprido, pelo menos 1/6 da pena total). Ainda segundo a Lei de Execução Penal, políticas de promoção do trabalho junto à população prisional devem ser adotadas como forma de promover a dignidade do indivíduo privado de liberdade, jamais como punição (Ministério da Justiça, 2015). A Constituição Federal proíbe, em seu artigo 5º, inciso LXVII, pena de trabalhos forçados. Nesse sentido, constitui um direito da pessoa privada de liberdade, participar ou não de atividades de trabalho.

Como apontado pelo diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional, Renato De Vitto, é consenso que não basta apenas investir no encarceramento, uma vez que o sistema prisional também está esgotado. O Poder Público deve investir na recuperação dos indivíduos encarcerados, por meio de políticas de trabalho e educação, de forma que eles tenham condições de refazer suas vidas quando deixarem o sistema penitenciário (Ministério da Justiça, 2015).

Apesar de ser consenso, são poucos os reclusos que exercem algum tipo de atividade laboral. Segundo dados do Infopen (2019), em Junho de 2019, apenas 18,57% da população prisional estava envolvida em atividades laborais, internas e externas aos estabelecimentos penais, o que representa um total de apenas 143.561 pessoas em um universo de 773.151 reclusos.

Entre os reclusos que trabalham, 74,46% deles desenvolvem atividades internas aos estabelecimentos prisionais. As atividades laborais desenvolvidas dentro dos estabelecimentos prisionais podem compreender desde atividades de prestação de serviços para empresas, organizações sociais e instâncias do poder público, quanto às atividades de apoio à limpeza e gestão do próprio estabelecimento penal (Infopen, 2019).

Segundo Singer (2006), a baixa escolaridade é um dos principais fatores da exclusão dos jovens da atividade econômica no Brasil. Sendo assim, é possível concluir que a taxa de reincidência no sistema prisional brasileiro, o qual possui uma grande quantidade de jovens, pode ser reduzida se durante a reclusão for dada aos reclusos oportunidades para elevar a sua escolaridade. Segundo Ireland (2011), sem uma compreensão ampla da educação articulada com políticas sociais, não há como desenvolver sociedades democráticas que busquem eliminar a exclusão e a desigualdade sociais nem, quando falhem, propiciar ferramentas que garantam os direitos fundamentais a todos.

1.2 Perfil da População Prisional no Estado de São Paulo

O estado de São Paulo possui uma população de 44.749.699 de habitantes e é o estado que concentra a maior população carcerária do Brasil (236.534 indivíduos). Para cada 100 mil habitantes, existem 515,11 pessoas presas (Infopen, 2019). Segundo o Infopen (2019), em Junho de 2019, 21,60% da população prisional do estado era composta por presos sem condenação que se encontravam em custódia no sistema prisional há mais de 90 dias (aguardando julgamento). Além disso, o estado concentra um grande déficit entre o número de vagas existentes e o real número de presos, possuindo uma taxa de lotação de 163,36% (Infopen, 2019).

A partir dos dados estatísticos do sistema prisional disponibilizados pelo Infopen (2019), é possível estabelecer o perfil do recluso no estado de São Paulo, levando em consideração

características como a idade, grau de instrução, cor da pele, total da pena e o tipo de crime cometido.

Em relação à faixa etária (Tabela 3), é possível perceber que em 2019, 47,09% da população prisional no estado de São Paulo era composta por jovens de 18 a 29 anos. Claramente, trata-se de um cenário complexo que apresenta a inserção precoce desses jovens nos presídios do estado e contribui para uma carreira no mundo crime, já que as penitenciárias Brasileiras são conhecidas por serem "faculdades" do crime. A forma com que o país encarcera representa uma estrutura de dominação contemporânea em que predomina a segregação e anulação das pessoas oriundos de classes sociais desfavorecidas. Tal visão é compartilhada até mesmo pelos familiares dos reclusos, como pode ser observado em uma carta escrita por uma Mãe de um recluso para o projeto Vozes do Cárcere (Pires, 2018, p. 290), na qual a Mãe afirma que: "Cadeia é comprovado que é somente para negro, pobre, favelado e cabelo duro." Diante disso, é possível afirmar que o sistema penal Brasileiro é seletivo e desigual, onde cidadãos são punidos por não fazerem parte de um determinado segmento social.

Tabela 3. Quantidade de pessoas presas por faixa etária no estado de São Paulo em 2019.

| Faixa Etária | Total de Presos | Porcentagem |
|-----------------|-----------------|-------------|
| 18 a 24 anos | 57.469 | 24,6% |
| 25 a 29 anos | 52.602 | 22,5% |
| 30 a 34 anos | 50.176 | 21,5% |
| 35 a 45 anos | 50.831 | 21,7% |
| 46 a 60 anos | 18.962 | 8,1% |
| 61 a 70 anos | 2.749 | 1,2% |
| Mais de 70 anos | 546 | 0,2% |
| Não Informado | 420 | 0,2% |

Fonte: Infopen (Tabela produzida pela autora).

Em relação aos crimes cometidos no estado de São Paulo, é possível observar na Tabela 4 a alarmante proporção de presos que cometeram crimes relacionados a categoria de "crimes contra o patrimônio" (44,3%), a qual representa crimes que vão desde furto simples (Art. 55), roubo simples (Art. 157), até receptação (Art. 180). O segundo principal motivo de condenação é o tráfico de drogas, que representa 38,1% de toda população privada de liberdade. Entretanto, é importante destacar que muitos crimes contra o patrimônio têm origem relacionada ao uso de drogas (indivíduos que roubam para manter o seu vício).

Consequentemente, é possível afirmar que os crimes relacionados ao mundo das drogas vão muito além dos 38,1% dos crimes oficialmente registrados. Para Wacquant (2003, p. 11), “a continuidade do fracasso retumbante das políticas criminais contra drogas só se explica na funcionalidade velada do gigantesco processo de criminalização gerado por ela”. A violenta repressão do sistema penal no Brasil e consequentemente em São Paulo faz suas vítimas onde as políticas públicas de educação, saúde, lazer deveriam predominar, assim como predomina a falida guerra contra as drogas.

Tabela 4. Quantidade de presos por tipo de crime cometido no estado de São Paulo em 2019.

| Categoria do Crime | Total de Presos | Porcentagem |
|---|------------------------|--------------------|
| Crimes contra a pessoa | 23.287 | 9,3% |
| Crimes contra o patrimônio | 111.472 | 44,3% |
| Crimes contra a dignidade sexual | 11.935 | 4,7% |
| Crimes contra a paz pública | 2.170 | 0,9% |
| Crimes contra a fé pública | 1.109 | 0,4% |
| Crimes contra a Administração Pública | 167 | 0,1% |
| Crimes praticados por particular contra a Administração Pública | 194 | 0,1% |
| Drogas (Lei 6.368/76 e Lei 11.343/06) | 95.753 | 38,1% |
| Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 22/12/2003) | 4.250 | 1,7% |
| Crimes de Trânsito (Lei 9.503, de 23/09/1997) | 774 | 0,3% |
| Legislação específica – outros | 323 | 0,1% |

Fonte: Infopen (Tabela produzida pela autora).

A quantidade de presos por tempo de penas no estado de São Paulo pode ser observada na Tabela 5. Em 2019, 15,3% dos reclusos estavam encarcerados para cumprir penas na faixa de até 4 anos de reclusão, as quais normalmente representam crimes leves. Entretanto, a mídia, a população e o governo apontam apenas como solução medidas punitivas, que já se

demonstraram fracassadas, como a construção de novos presídios, o endurecimento de penas, a punição a todo e qualquer custo, além de apoiarem a violência e arbitrariedade provocada pelo Estado. Para Baratta (1999), a cultura do encarceramento ocorre ao nível da interação social, desencadeado pela opinião pública que muitas vezes é induzida pela mídia que reforça a ideia da “punição a todo e qualquer custo”.

Tabela 5. Quantidade de presos por tempo total de penas no estado de São Paulo em 2019.

| Tempo de Pena | Total de Presos | Porcentagem |
|---------------------------|------------------------|--------------------|
| Até 6 meses | 868 | 0,5% |
| Mais de 6 meses até 1 ano | 2.224 | 1,2% |
| Mais de 1 ano até 2 anos | 7.421 | 4,1% |
| Mais de 2 até 4 anos | 17.316 | 9,5% |
| Mais de 4 até 8 anos | 62.880 | 34,7% |
| Mais de 8 até 15 anos | 42.481 | 23,4% |
| Mais de 15 até 20 anos | 15.974 | 8,8% |
| Mais de 20 até 30 anos | 11.303 | 6,2% |
| Mais de 30 até 50 anos | 5.309 | 2,9% |
| Mais de 50 até 100 anos | 1.663 | 0,9% |
| Mais de 100 anos | 291 | 0,2% |
| Sem informação | 13.645 | 7,5% |

Fonte: Infopen (Tabela produzida pela autora).

Quanto ao grau de instrução, os dados mostram que 47,4% dos reclusos não têm o ensino fundamental completo, 1,5% são alfabetizados sem cursos regulares e 1,6% são analfabetos (Tabela 6). Devido a essa baixa taxa de escolaridade, é fundamental que o sistema prisional garanta o acesso a educação dos reclusos para aumentar as possibilidades de emprego quando eles regressão a sociedade. Para Stiglitz (2013), às consequências da pobreza difundida e persistente é fruto de um duradouro subinvestimento em educação pública e outras despesas sociais. Esse descaso se manifesta em outros indicadores de mau funcionamento da sociedade: um nível alto de criminalidade e uma grande fração da população na prisão.

Em relação a etnia/cor de pele, é possível observar nos dados apresentados na Tabela 7 que a maioria dos reclusos que compõem a população prisional no estado de São Paulo são negros e pardos (58,3%). A interpretação de tais dados também pode levar em conta a pesquisa realizada pelo IBGE em 2019, a qual indica que a população em situação de pobreza no Brasil atinge, em sua imensa maioria, a população preta e parda, as quais representam 72,7% das

peessoas em situação de pobreza (IBGE, 2019). Sendo assim, para entender o sistema prisional Brasileiro, é imprescindível fazer um recorte de classe e considerar a vulnerabilidade social dessa população, que, em sua maioria são jovens, negros, pobres e com baixa escolaridade. De acordo com Huang et al. (2012), essas pessoas são excluídas de um sistema social, que nunca os reconheceu como sujeitos de direito, em suas necessidades básicas de proteção social. A forma com que o país encarcera representa uma estrutura de dominação contemporânea em que predomina a segregação e anulação das pessoas oriundos de classes sociais desfavorecidas.

Tabela 6. Quantidade de presos por grau de instrução no estado de São Paulo em 2019.

| Grau de Instrução | Total de Presos | Porcentagem |
|-----------------------------------|------------------------|--------------------|
| Analfabeto | 3.811 | 1,6% |
| Alfabetizado sem cursos regulares | 3.446 | 1,5% |
| Ensino Fundamental Incompleto | 103.572 | 44,3% |
| Ensino Fundamental Completo | 36.427 | 15,6% |
| Ensino Médio Incompleto | 49.436 | 21,1% |
| Ensino Médio Completo | 32.137 | 13,7% |
| Ensino Superior Incompleto | 2.551 | 1,1% |
| Ensino Superior Completo | 1.707 | 0,7% |
| Ensino acima de Superior Completo | 15 | 0,0% |
| Não Informado | 653 | 0,3% |

Fonte: Infopen (Tabela produzida pela autora).

Tabela 7. Quantidade de presos por Cor de Pele/Raça/Etnia no estado de São Paulo em 2019.

| Cor de Pele/Raça/Etnia | Total de Presos | Porcentagem |
|-------------------------------|------------------------|--------------------|
| Branca | 96.651 | 41,3% |
| Preta | 30.654 | 13,1% |
| Parda | 105.652 | 45,2% |
| Amarela | 365 | 0,2% |
| Indígena | 10 | 0,0% |
| Não informado | 423 | 0,2% |

Fonte: Infopen (Tabela produzida pela autora).

Através dos dados estatísticos da população prisional do estado de São Paulo é possível perceber alguns traços que evidenciam o perfil dos presos: 47,1% possui idade inferior a 30 anos e 58,3% são negros ou pardos. Entretanto, a população geral do estado de São Paulo é composta por 37% de pessoas negras/pardas (IBGE, 2010), o que evidencia que negros têm maiores chances de serem presos. Diante dos dados é possível afirmar a população prisional

do estado de São Paulo é, em sua maioria, formada por jovens adultos, negros/pardos, com histórico de baixa ou nenhuma escolaridade, e envolvimento com o tráfico drogas. Também é possível afirmar que existe uma grande fragilidade na execução penal do estado, o qual possui um número bastante expressivo de presos provisórios (sem julgamento): 21,60% (Infopen, 2019).

Este perfil salienta a seletividade do sistema penal, já que este não é o perfil encontrado nos bairros de classe média e alta, mas sim, nas periferias e favelas das grandes cidades brasileiras. Isso demonstra não somente a seletividade penal, mas também, o descaso do Estado na elaboração das políticas sociais nessas regiões, restando aos jovens, que muitas vezes já são privados dos seus direitos básicos e desestruturados, juntar-se ao mundo do crime. Conforme apontado por Wacquant (1999, p. 7):

“Este é o estado apavorante das prisões do país, que se parecem mais com campos de concentração para pobres, ou com empresas públicas de depósito industrial dos dejetos sociais, do que com instituições judiciárias servindo para alguma função penalógica - dissuasão, neutralização ou reinserção.”

2. REINSERÇÃO SOCIAL

Segundo Amaro (2019), o objetivo da reinserção social é conseguir que o ex-recluso volte a integrar a sociedade como um cidadão cumpridor da lei, usufruindo dos seus direitos e contribuindo para a comunidade da qual ele faz parte. O processo de reinserção social envolve um conjunto de ações de “reabilitação”, através das quais o indivíduo adquire as atitudes, comportamentos, e competências necessárias para a sua reinserção plena na sociedade, de forma a não reincidir criminalmente. Segundo Nuncio (2019), somente um projeto bem-sucedido de reinserção social pode conduzir a uma real redução da reincidência criminal, visto que a reinserção social reflete no desenvolvimento das capacidades individuais do ex-recluso, visando quebrar círculos viciosos de marginalidade e exclusão.

A educação, formação profissional e o trabalho são os três pilares do processo de reinserção social, sendo os elementos fundamentais para a redução das taxas de reincidência (Morujo, 2017). Segundo Gomes et al. (2004), um pressuposto da reinserção social é que se deve dar aos reclusos, durante o período de reclusão, os meios e as competências necessárias e adequadas para que não cometam novos crimes uma vez em liberdade. Para Furtado e Condeço (2009), essas ações são essenciais para a preparação dos reclusos para o processo de reinserção na sociedade. Ademais, conforme apontado por Amaro (2019), a reinserção social dos ex-reclusos deve ser encarada do ponto de vista dos direitos humanos, segundo os quais todos os indivíduos têm o direito ao bem-estar e a participar em liberdade da sociedade da qual fazem parte.

De acordo com Nuncio (2019), as taxas de criminalidade são diretamente influenciadas pelas taxas de reincidência. Desse modo, fica claro que os benefícios da reinserção social se estendem para toda a sociedade, visto que ela proporciona uma redução das taxas de criminalidade e, conseqüentemente, o aumento da segurança e bem-estar da sociedade.

Segundo Gabriel (2007), a educação, formação profissional e o trabalho ajudam na inclusão dos ex-reclusos no mercado de trabalho, permitindo que eles possam alterar os seus padrões sociais e ideológicos, através de uma modelagem estruturante que os reinsira dentro dos modelos sociais vigentes. Conforme apontado por Morujo (2017), o objetivo das prisões é o de transformar os reclusos em seres socialmente aceitáveis. Tal princípio também é apontado

por Foucault (1995), que afirma que a prisão deve ser mais do que um local onde se executa a pena, devendo ser também um local de formação e um ambiente onde se observa o comportamento do condenado e as progressões pelas quais ele passa ao longo do tempo.

Em relação à formação profissional, Núncio (2019) destaca que a mesma representa uma dimensão fundamental para a prevenção da reincidência. Para isso, a sua oferta deve ser planejada de acordo com a identificação das necessidades de aprendizagem por parte da população prisional e também em relação ao seu potencial de aplicação, tanto no contexto prisional, como no mercado de trabalho fora da prisão.

O trabalho e a formação profissional dentro da prisão devem dotar o recluso de competências para que ele possa vir a desenvolver uma atividade laboral quando em liberdade, de modo a garantir uma independência económica e que facilite a sua reinserção social (Santos, 2003). Tal ideia é também partilhada por Gomes et al. (2004), que afirmam que é essencial dotar os reclusos de competências para que em liberdade possam adaptar-se à sociedade e não incidam novamente no crime. Para Moreira (1994) o trabalho prisional é essencial para criar, manter e desenvolver nos reclusos, capacidades profissionais que lhes permitam vir a ganhar a vida após a libertação. Nesse mesmo contexto, Núncio (2019) destaca que o trabalho dentro da prisão também possui um viés educativo, no qual o recluso adquire competências profissionais que podem voltar a ser utilizadas fora da prisão, mas, que por outro lado, também contribui para o funcionamento do estabelecimento prisional ou com prestação de serviços e oferta de bens à comunidade.

Apesar de ser consenso que a educação, formação profissional e o trabalho são fatores essenciais para auxiliar no processo de reinserção social dos reclusos, a maioria dos estabelecimentos prisionais enfrentam dificuldades em aplicar tudo isso na prática. Uma primeira dificuldade surge pelo fato de que não existe oferta de trabalho para todos os reclusos. Como indicado por Sousa (2015), na maioria das vezes os estabelecimentos não possuem as instalações necessárias ou as próprias empresas não se mostram abertas a estabelecer protocolos com as instituições. Além disso, a maior parte da oferta de trabalho para os reclusos consiste em atividades de limpeza e manutenção dos edifícios dos estabelecimentos prisionais, o que não dota os reclusos de competências úteis para a sua reinserção social.

Apesar do foco da reinserção social estar relacionado ao recluso, o envolvimento da sociedade na qual se pretende reintegrar o indivíduo ofensor também é importante. Conforme apontado por Pinto (2019), reintegrar um indivíduo no seu meio original é, em certas situações, sinônimo de reincidência, uma vez que o indivíduo retorna ao mesmo ambiente e sistema que o levou ao crime anteriormente. Apesar do envolvimento da sociedade ser essencial para uma reinserção plena, tal participação é difícil, visto que as intervenções normalmente são realizadas exclusivamente em estabelecimentos prisionais fechados.

A reinserção do indivíduo também é afetada pela forma como a sociedade vê o ex-recluso. Conforme apontado por Molina (2013), o estigma de cometer um delito acompanha o ex-recluso por toda a vida e geralmente chega ao ouvido dos futuros empregadores, inviabilizando a possibilidade de trabalho. A falta de oportunidade reserva basicamente uma única opção ao ex-recluso: voltar a infringir a lei quando retorna ao convívio social. É como se a sociedade o empurrasse novamente para o mundo do crime, o que torna muito pouco provável a reabilitação. Entretanto, é necessário oferecer perspectiva de futuro ao recluso, caso contrário, as penitenciárias vão seguir lotadas de reincidentes (Stuart, 2014).

2.1 Reinserção Social no Sistema Prisional Brasileiro

A Lei de Execução Penal Brasileira (LEP) n. 7.210 de 1984 determina que todos os membros da população presidiária devem exercer algum tipo de atividade educacional e/ou laboral. Segundo o art. 50 da LEP, a obrigatoriedade de tais atividades têm como objetivo primordial a recuperação do recluso, visando proporcionar o aprendizado para a futura vida em liberdade. A LEP destaca que o trabalho realizado pelos reclusos é obrigatório, mas não deve caracterizar “trabalho forçado” (o que é constitucionalmente vedado). A LEP prevê uma “falta grave” ao recluso que se recusar a participar de atividades laborais que lhe forem destinadas, o que causa consequências na execução individual da pena do recluso, podendo acarretar na perda de tempo remido, na regressão de regime, no impedimento de saída temporária, entre outras penalidades.

O direito à educação em espaços de privação de liberdade está previsto na Lei de Execuções Penal (LEP) – Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, no Artigo 10 que diz que a assistência ao

preso é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

O artigo 11 diz que a assistência será: material; à saúde; jurídica; educacional; social; e religiosa. Em relação a assistência educacional, a Lei de Execução Penal nº 7.210 na Seção V afirma:

“Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.”

Além da Lei nº 7.210, outras leis apoiam e garantem a educação para jovens e adultos em privação de liberdade. A Lei nº 12.433 aprovada em Julho 2011 que modifica a LEP 1984, passa a considerar a remissão pelo estudo, estabelecendo de forma clara o caráter ressocializador da educação nestes espaços. Ademais, em novembro de 2011 foi aprovado o Plano Estratégico de Educação no âmbito Sistema Penal (PEESP) através do Decreto Presidencial nº 7.626, o qual decreta:

“Art. 1º Fica instituído o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional PEESP, com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais.

Art. 2º O PEESP contemplará a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica, e a educação superior.

Art. 3º São diretrizes do PEESP:

- I - promoção da reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da educação;
- II - integração dos órgãos responsáveis pelo ensino público com os órgãos responsáveis pela execução penal; e
- III - fomento à formulação de políticas de atendimento educacional à criança que esteja em estabelecimento penal, em razão da privação de liberdade de sua mãe.”

É possível verificar que no Brasil a educação e a formação profissional em espaços de privação de liberdade têm seus objetivos bem delineados e fundamentados pelas leis 7.210 e 7.626. Como apontado por Julião (2016), os instrumentos legais são reconhecidamente inovadores, pois se baseiam em uma perspectiva moderna de execução penal, reconhecendo os sujeitos apenados como cidadãos portadores de direito. Contudo, Julião (2016) também aponta que a prática educacional no cárcere brasileiro está longe de seguir o que é proposto nas leis. Segundo Silva e Masson (2017), existe um relativo reconhecimento da importância da educação em espaços de privação de liberdade, respeitando-se, inclusive, a diversidade própria dessa modalidade de ensino. Porém, isso não é efetivado na prática. O Brasil, além de estar estagnado na precariedade de execução dos programas de educação básica, ainda amarga com um número elevado de encarcerados analfabetos e/ou que ainda não concluíram o ensino fundamental.

Em relação ao trabalho, o Brasil estabelece na Constituição Federal Brasileira, inciso IV do art 1º, o valor social do trabalho como um dos princípios fundamentais do país. A Constituição também define, através do artigo 170, a ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, a qual visa assegurar a existência digna a todos os cidadãos. No contexto penal, a lei de execução penal destaca a importância do trabalho na reintegração do recluso. No seu artigo 28, a LEP diz que o trabalho do recluso deve ter finalidade educativa e produtiva. Ou seja, recomenda que, para além da formação profissional, o trabalho oferecido aos reclusos também tenha um caráter educativo.

“Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

§ 1º Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 32. Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado.

§ 1º Deverá ser limitado, tanto quanto possível, o artesanato sem expressão econômica, salvo nas regiões de turismo.

§ 2º Os maiores de 60 (sessenta) anos poderão solicitar ocupação adequada à sua idade.

§ 3º Os doentes ou deficientes físicos somente exercerão atividades apropriadas ao seu estado.”

As diretrizes da LEP em relação ao trabalho dos reclusos também são complementadas pelas Regras Mínimas da ONU para Tratamento dos Reclusos (UNODC, 2016).

“Regra 98:

[...]

2. Deve ser proporcionada formação profissional, em profissões úteis, aos reclusos que dela tirem proveito e especialmente a jovens reclusos.

3. Dentro dos limites compatíveis com uma seleção profissional apropriada e com as exigências da administração e disciplina prisional, os reclusos devem poder escolher o tipo de trabalho que querem fazer.

Regra 99:

1. A organização e os métodos do trabalho nos estabelecimentos prisionais devem aproximar-se tanto quanto possível dos que regem um trabalho semelhante fora do estabelecimento, de modo a preparar os reclusos para as condições de uma vida profissional normal.

[...]”

Conforme discutido por Trisotto (2005), existe um certo equívoco entre a Constituição Federal Brasileira e a Lei de Execução Penal no que diz respeito ao trabalho, já que a primeira estabelece que não deve existir trabalho forçado. Porém, a LEP determina a obrigatoriedade do trabalho enquanto o recluso estiver cumprindo a pena de privação de liberdade. Entretanto, como mencionado anteriormente, uma percentagem muito pequena da

população prisional é efetivamente envolvida em atividades laborais devido a pouca oferta de vagas de trabalho.

Em relação a outras atividades culturais, as Regras Mínimas da ONU para Tratamento dos Reclusos complementam a LEP através da regra 105, a qual indica que devem ser proporcionadas atividades recreativas e culturais em todos os estabelecimentos prisionais em benefício da saúde mental e física dos reclusos (UNODC, 2016).

“[...]”

2. Para esse fim, as administrações prisionais e demais autoridades competentes devem proporcionar educação, formação profissional e trabalho, bem como outras formas de assistência apropriadas e disponíveis, incluindo aquelas de natureza reparadora, moral, espiritual, social, desportiva e de saúde. Estes programas, atividades e serviços devem ser facultados de acordo com as necessidades individuais de tratamento dos reclusos.”

2.2 Reinserção Social no Estado de São Paulo: O Programa “De Olho no Futuro”

A Funap, conhecida inicialmente como Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso, surgiu no ano de 1976 na gestão de Manoel Pedro Pimentel enquanto o mesmo estava à frente da Secretaria de Justiça. Tendo sido criada através do decreto de Lei nº 1.238, de 22 de dezembro de 1976, a fundação possuía a função de ofertar a educação, trabalho e cultura aos reclusos do estado de São Paulo, além de coordenar programas e projetos voltados a esse público.

De acordo com o decreto de Lei nº 1.238:

“Artigo 3º - A Fundação terá por objeto contribuir para a recuperação social do preso e para a melhoria de suas condições de vida, através da elevação do nível de sanidade física e moral, do adestramento profissional e do oferecimento de oportunidade de trabalho remunerado.”

Em 25 de março de 1994, a Funap passou a se chamar Fundação “Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel” em homenagem ao seu idealizador (Lei nº 8.643). Atualmente, a Fundação é uma instituição pública ligada à Secretaria de Administração Penitenciária e tem como objetivo colaborar com a reintegração social de reclusos do estado de São Paulo, fomentando

seu potencial como cidadãos da sociedade e contribuindo para a inclusão dos reclusos através da educação, cultura e profissionalização (Funap, 2018a). A fundação busca legitimar-se como referência nacional em gestão de programas, projetos e políticas sociais no âmbito prisional, possibilitando que os reclusos tenham condições de acesso às redes de conhecimento (Funap, 2018a).

No início de sua criação, a Funap também era responsável pela educação formal nas unidades prisionais do estado de São Paulo, porém em 2011, o decreto 57.238/2011 passou a responsabilidade das políticas educacionais formais para a Secretaria da Educação (Lei nº 7.626).

Atualmente, a Funap desenvolve e coordena uma série de programas e projetos no sistema prisional do estado de São Paulo. Entre os quais, pode-se citar o “Projeto Jus – Apoio Jurídico ao Preso”, o qual tem o objetivo de prestar assistência jurídica integral aos presos carentes de recursos financeiros (Funap, 2020b); o “Programa de Alocação de Mão de Obra”, o qual busca proporcionar trabalho remunerado aos reclusos, contribuindo para sua formação, qualificação profissional e geração de renda (Funap, 2020c); O programa de incentivo à leitura – “Lendo a Liberdade”, que tem como missão articular e agregar as atividades de leitura existentes no sistema prisional de São Paulo, assim como instituir novas ações na busca pela formação de leitores (Funap, 2020d); e o Programa de Centros de Produção e Qualificação Profissional, o qual visa promover a capacitação profissional e oferecer postos de trabalho remunerado aos reclusos (Funap, 2020e).

Entre os programas desenvolvidos pela Funap, destaca-se o programa Educação para o Trabalho e Cidadania – “De Olho no Futuro”, o qual é uma política pública da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) que é desenvolvida e aplicada pela Funap nas unidades prisionais do estado de São Paulo (Funap, 2020a). O programa foi implantado em 17 de junho de 2013 com o objetivo proporcionar às pessoas privadas de liberdade a possibilidade de participação em atividades teórico-práticas, visando o desenvolvimento de competências, habilidades profissionais e mudanças de comportamento, de modo a ampliar as possibilidades de êxito da reinserção dos reclusos na vida em sociedade (Funap, 2020a). Para isso, o programa abrange diversas ações voltadas para a educação integral com foco no trabalho e na cidadania. Tais ações buscam atender ao princípio da formação integral envolvendo o

“saber ser” (formação social), o “saber fazer” (formação profissional) e o “saber conviver” (atividades culturais), explorando temas relacionados a ética, o senso de justiça, a responsabilidade social e o mundo do trabalho (SEE & SAP, 2015).

Segundo Moraes (2016), as ações que envolvem o “saber ser” visam o desenvolvimento pessoal, no qual são priorizados temas como a comunicação e a criatividade, buscando melhorar as capacidades dos presos em relação ao discernimento, autonomia, e a capacidade de assumir responsabilidades pessoais, sociais e profissionais. Em relação ao “saber fazer”, são desenvolvidas ações que possibilitam o desenvolvimento profissional, nas quais são explorados temas relacionados à qualificação e oportunidades profissionais, mercado de trabalho e planejamento de vida futura. Tais ações também proporcionam discussões para o entendimento das relações pessoais e do trabalho em grupo. Nas ações relacionadas ao “saber conviver”, Moraes (2016) aponta para o desenvolvimento social, nas quais exploram-se temas ligados às relações pessoais, direitos, deveres e responsabilidade social, visando expandir a percepção das interdependências, a compreensão mútua, e o respeito ao próximo.

O programa foi consolidado pela Secretaria da Administração Penitenciária como uma política pública de Estado em setembro de 2014 através da Resolução SAP nº 136/14. Ao final de 2018, o programa já estava presente em quase todo o sistema penitenciário do Estado de São Paulo (Funap, 2018a). De acordo com Fernando Moraes, que foi um dos idealizadores do programa e diretor executivo da Funap:

“... o entendimento de que as pessoas encarceradas não têm solução, além de preconceituoso, é de fato equivocado. O Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania foi criado pensando nisso, no empoderamento dessas pessoas privadas de liberdade e na oportunidade de quebrar esse paradigma” (Funap, 2018a).

Em junho de 2019, o programa completou 6 anos desde a sua implantação oficial. De acordo com a Funap (2019a), neste período foram realizados mais de 700 mil atendimentos sociais, profissionalizantes e atividades culturais. Apesar do número de atendimentos ser expressivo, é importante destacar que esse número não representa um número equivalente de reclusos beneficiados, uma vez que o mesmo recluso pode participar de mais de um curso ou atividade. Por exemplo, no contexto da formação social, onde são oferecidos 10 módulos de formação,

cada recluso pode participar de todos os módulos e, conseqüentemente, contabilizar 10 atendimentos.

De acordo com a Funap (2020), o programa “De Olho no Futuro” baseia-se na realização de ações integradas em três pilares: formação social, formação profissional, e atividades culturais. As próximas subseções deste trabalho apresentam as atividades realizadas em cada um destes pilares.

2.2.1 Formação Social

Em relação ao pilar da formação social, o programa está estruturado a partir de cursos livres, compostos por 10 módulos (cada um com 12 horas de duração), onde são tratados temas ligados às relações sociais e ao mundo do trabalho, os quais contribuem no desenvolvimento de competências e habilidades sociais. Os módulos não possuem pré-requisitos e não precisam, necessariamente, ser cursados sequencialmente, mas por outro lado, não são passíveis de regulação e reconhecimento do Ministério da Educação (MEC) (De Olho no Futuro, 2015). Além do desenvolvimento pessoal, a participação dos reclusos nos cursos também os dá direito à remição de pena, conforme previsto na LEP, onde a cada 12 horas de estudo ou formação é remido 1 dia da pena (Moraes, 2016).

Segundo a Funap (2020a), os módulos que compõem a formação social abordam os seguintes temas: comunicação e expressão; arte e trabalho; superação, criatividade e inovação; o mundo do trabalho; caminhos e possibilidades profissionais; empreendedorismo; posicionamento estratégico; meio ambiente e sustentabilidade; relações sociais e políticas; e cidadania e ética. Por exemplo, o primeiro módulo, o qual envolve comunicação e expressão, permite que os alunos possam praticar a comunicação escrita, oral e a expressão corporal, além de aprimorar habilidades como a flexibilidade, aprendizagem e trabalho em equipe (Funap, 2018a). Os cursos que apresentam maior demanda por parte dos reclusos são: “comunicação e expressão”, com 16% de procura; e “arte e trabalho”, juntamente com “o mundo do trabalho”, cada um com 11% de procura.

Os conteúdos dos módulos são elaborados considerando a importância de um currículo que possa, efetivamente, preparar pessoas ativas e cada vez mais conscientes do seu papel social

e da sua contribuição ao mundo do trabalho (De Olho no Futuro, 2015). Segundo Moraes (2016), os módulos permitem que os reclusos possam refletir sobre o local em que se encontram e projetar as possibilidades profissionais para o futuro.

Os cursos seguem um modelo que transforma a sala de aula em “estações de vivência”, onde os reclusos podem exercitar a capacidade pessoal e colocar em prática tudo aquilo que aprenderam de modo criativo (Moraes, 2016). As aulas são organizadas de modo que o professor e os alunos possam interagir através de dinâmicas de grupo, jogos e brincadeiras, buscando tornar o aprendizado mais atraente.

Os aspetos positivos dos cursos de formação social podem ser observados pelo relato do ex-recluso Carlos Andrade na Jornada da Leitura no Cárcere.¹ Segundo Carlos:

“O PET contribuiu demais para minha formação e para o que eu sou hoje. Os cursos abordam temas muito pontuais da vida cotidiana aqui de fora, temas que abrangem uma posição da pessoa dentro da sociedade, então foram coisas assim que foram excelentes.” (Andrade, 2020).

A estrutura de compartilhamento do conhecimento da formação social funciona de maneira regionalizada, por meio de 8 gerências regionais da Funap, as quais dialogam diretamente com as unidades da Secretaria da Administração Penitenciária (Funap, 2020a). Em sala de aula, destaca-se o papel do “monitor preso” como parte fundamental do programa. Segundo o diretor de Atendimento e Promoção Humana da Funap, Felipe Amaro dos Santos Neto:

“Entendemos que parte central do Programa está na capacidade de gerar empoderamento nestas pessoas. Logo, desde o princípio, quem funciona como agente educador é sempre o reeducando, que nós selecionamos, fazemos a capacitação e acompanhamos durante todo o processo de aplicação das aulas. Além disso, ele é contratado, é enxergado também como trabalhador, recebe pelas aulas e tem a remição da pena” (Funap, 2018a).

O processo de seleção de monitores é realizado pelos próprios agentes educacionais da Funap, os quais selecionam os presos que se destacam em sala de aula (Pedrosa, 2017). Em seguida, os reclusos selecionados passam por uma etapa de capacitação realizada pelos monitores da Funap, que os preparam para dar aula nos diferentes módulos da formação social. Os

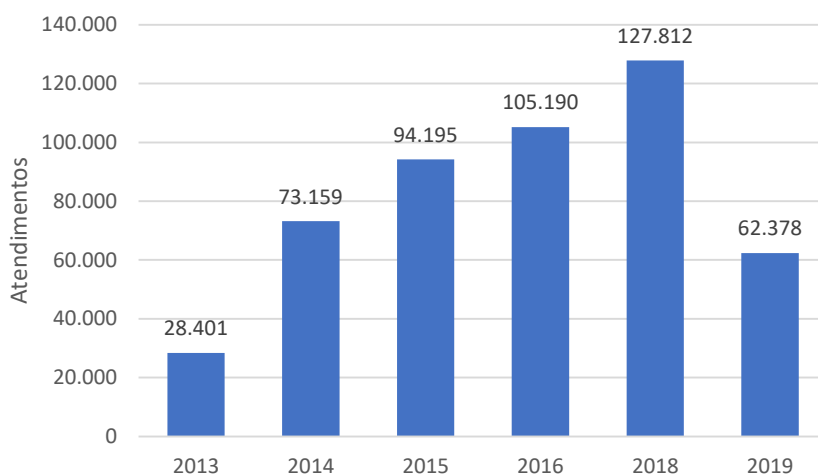
¹ <http://observatoriodolivro.org.br/leituranocarcere>

monitores presos recebem uma remuneração de $\frac{3}{4}$ do salário mínimo e 1 dia de remição da pena por dia trabalhado. Segundo a Diretora Executiva da Funap, Lúcia Maria Casali de Oliveira, em entrevista à revista Expressão (Pedrosa, 2017), em 2017 haviam 469 presos atuando como monitores no estado de São Paulo.

Segundo Moraes (2016), a atribuição do papel de educador a pessoa privada de liberdade permite que ela se torne protagonista do processo como um todo. Além disso, o preso é formador e também se forma na ação, pois colabora no processo formativo dos demais reclusos e trilha sua própria história profissional. Para Moraes (2016), o sucesso de qualquer programa de educação voltado para jovens e adultos é facilitado quando o educador é do próprio meio.

Em relação ao número de atendimentos realizados no contexto da formação social, observa-se que este vem crescendo ao longo dos anos. No primeiro semestre de existência do projeto (Julho a Dezembro de 2013), foram realizados 28.401 atendimentos. No ano de 2014, somaram-se mais 73.159 atendimentos. Em 2015, foram realizados mais 94.195 atendimentos (Moraes, 2016). No ano seguinte, em 2016, o número voltou a crescer, chegando ao total de 105.190 atendimentos (Macedo, 2017). Em 2018, foram contabilizados 127.812 atendimentos. Em 2019, já no primeiro semestre, haviam sido registrados 62.378 atendimentos (Funap, 2020a). A evolução no número de atendimentos realizados entre 2013 e 2019 pode ser observada na Figura 2.

Figura 2. Total de atendimentos realizados no contexto da formação social no período de 2013 a 2019. Em 2019 são contabilizados apenas os atendimentos realizados no primeiro semestre do ano.



Fonte: Funap, Moraes (2016) e Macedo (2017) (Figura produzida pela autora).

2.2.2 Formação Profissional

O pilar da formação profissional é desenvolvido por meio de parcerias firmadas com instituições de ensino e organizações da sociedade civil, através das quais são oferecidos cursos profissionalizantes com certificação (Funap, 2020a). De acordo com Moraes (2016), os cursos são focados na perspectiva da formação integral do indivíduo com ênfase em profissões de exercício autônomo, como futuros microempreendedores individuais. Entre as instituições e organizações parceiras do programa, é possível citar o SENAI Araçatuba, Instituto Neotropica, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Instituto Presbiteriano Mackenzie, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), ETEC Prof. Milton Gazzetti/Centro Paula Souza, e o Grupo Teleport.

Segundo a Funap (2018a), os cursos oferecidos no contexto da formação e qualificação profissional visam preparar os reclusos para os diferentes segmentos do mercado de trabalho, levando em consideração o perfil de cada unidade prisional e as demandas da sociedade. As capacitações que já foram oferecidas dentro do programa abrangem diversas áreas do conhecimento, incluindo construção civil, elétrica, administração, informática, empreendedorismo, agropecuária, panificação, confeitaria, logística, pintura, vendas, marketing, gestão e desenvolvimento, maquiagem, manicure e pedicure (Funap, 2018a; Funap, 2019c). De acordo com a Funap (2018a), a certificação oferecida em cada curso é realizada em parceria com instituições de ensino, as quais participam de todo o processo de ensino dos reeducandos.

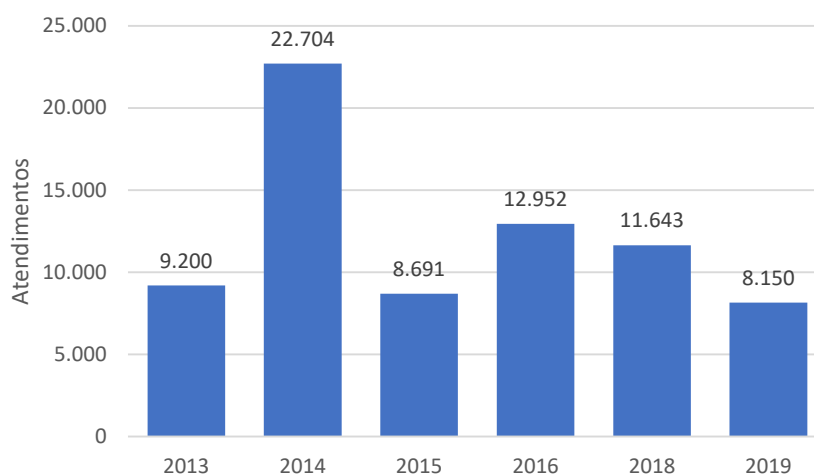
Entre as parcerias realizadas pela Funap, no contexto da formação profissional, é possível citar a parceria realizada em 2019 com o Centro Paula Souza, através da qual foi ofertado o curso de Técnico em Administração. Segundo a Funap (2019b), o curso de Técnico em Administração possui carga horária de 1.500 horas (1.000 horas de atividades teóricas e 500 horas de atividades práticas) e envolve aulas ministradas diariamente no interior do presídio.

Apesar do programa incluir cursos de formação presencial, a maioria dos cursos oferecidos são na modalidade de educação à distância. Como exemplo, tem-se os cursos oferecidos pela parceria com o grupo Teleport Educacional (Funap, 2018b), através da qual são ofertados

cursos com 40 horas de duração nas áreas de marketing, empreendedorismo, vendas, logística, informática, gestão de desenvolvimento e manutenção de computadores. Segundo a Funap (2018b), em 2018, os cursos oferecidos através dessa parceria estavam presentes em 35 unidades prisionais; e, em 2019, a parceria seria ampliada para 75 presídios. Outro exemplo de cursos na modalidade de educação à distância são os cursos resultados do acordo firmado com a Universidade Presbiteriana Mackenzie (Funap, 2018c), através do qual são oferecidos cursos nas áreas de marketing, gestão comercial, gestão em recursos humanos e formação tecnológica, os quais possuem carga horária de 1.600 horas divididas em quatro semestres (Funap, 2019c).

Em relação ao número de atendimentos realizados no contexto da formação profissional, observa-se que este varia entre os anos. No primeiro semestre de existência do projeto (Junho a Dezembro de 2013), foram realizados 9.200 atendimentos. No ano de 2014, foram realizados mais 22.704 atendimentos. Já em 2015, o número de caiu para 8.691 atendimentos (Moraes, 2016). Em 2016, observa-se um leve crescimento em comparação com 2015, tendo sido realizados 12.952 atendimentos (Macedo, 2017). Em 2018, o número manteve-se semelhante, sendo realizados 11.643 atendimentos (Governo do Estado de São Paulo, 2018). Já no primeiro semestre de 2019, foram registrados 8.150 atendimentos (Funap, 2020a). A evolução no número de atendimentos realizados entre 2013 e 2019 pode ser observada na Figura 3.

Figura 3. Total de atendimentos realizados no contexto da formação profissional no período de 2013 a 2019. Em 2019 são contabilizados apenas os atendimentos realizados no primeiro semestre do ano.



Fonte: Funap, Governo do Estado de São Paulo, Moraes (2016) e Macedo (2017) (Figura produzida pela autora).

2.2.3 Atividades Culturais

No pilar das atividades culturais, a Funap desenvolve atividades que incorporam ações consideradas educação “não formal” (Governo do Estado de São Paulo, 2018). Segundo a Funap (2020a), o acesso a cultura é um direito de todo cidadão e um elemento fundamental de formação. Dessa maneira, a Funap investe em atividades culturais como uma importante alternativa para a formação cidadã e emancipação dos reclusos.

As atividades desenvolvidas no contexto cultural representam um importante espaço de aprendizagem e desenvolvimento pessoal dos reclusos. Tais atividades incluem oficinas de teatro, saraus literários, apresentações de dança, aulas de música e pintura, clubes de leitura, e cinema (Funap, 2020a). O programa também dá uma atenção especial para a literatura através dos clubes de leitura, onde além da formação de leitores, existe a possibilidade de remição de pena (Funap, 2018a).

Um exemplo de atividade desenvolvida no contexto cultural é o projeto “Arte que Liberta”, o qual é realizado em parceria com o Museu Casa de Portinari, tendo como objetivo difundir a cultura e a arte regional dentro do sistema prisional (SAP, 2016). O nome do projeto, “Arte que Liberta”, faz alusão à realidade dos reclusos e à liberdade que a arte e o conhecimento oferecem. Durante a execução do projeto, são realizadas palestras, exposições de obras de Cândido Portinari, e os reeducandos participam de cursos onde aprendem técnicas de pintura. As obras criadas pelos reclusos são expostas em uma exposição na própria unidade, a qual é aberta aos familiares dos reeducandos nos dias de visita. Segundo SAP (2016), a primeira exposição realizada no Centro de Progressão Penitenciária de Jardinópolis em 2016, contou com cerca de 120 obras criadas pelos reeducandos. De acordo com a diretoria do Centro de Progressão Penitenciária de Jardinópolis:

“São projetos como este que desconstroem a criminalidade e aprofundam o diálogo ressocializador, por meio da arte e suas manifestações, pois esta não conhece limites; se faz um exercício legítimo de cidadania para quem cria e para quem observa e aprende o fazer artístico” (SAP, 2016).

Outro exemplo de atividade de destaque no contexto cultural são os clubes de leitura, onde grupos de até 20 reeducandos recebem a indicação de uma obra literária e têm de 15 a 30

dias para realizar a leitura (Funap, 2020a). Em seguida, os reclusos participam de debates e discussões sobre o conteúdo do livro, para então produzir uma resenha.

Os aspetos positivos da leitura dentro das prisões podem ser observados pelo relato do ex-recluso Carlos Andrade na Jornada da Leitura no Cárcere. Segundo Carlos Andrade, que participou do clube de leitura desenvolvido no contexto do programa “De Olho no Futuro” enquanto era recluso:

“Depois que comecei a ler os livros, foi me suscitando essa vontade de buscar mais. O simples fato de ler me mostrou que eu precisava não só ler, mas entender o que eu estava lendo. Essa vontade aumentou, eu busquei a educação e tive a oportunidade de concluir os estudos dentro do presídio. Então a gente vai vendo a construção desse universo. A leitura, que foi implantada num ambiente diferenciado, onde, de outra forma, dificilmente eu iria me importar com educação e leitura se eu não tivesse essa oportunidade.” (Andrade, 2020).

Para Carlos Andrade, as mudanças positivas proporcionadas pela leitura surgem ainda no contexto prisional:

“Quando a leitura entrou na minha vida, foi uma mudança tão notória que eu passei a perceber as pessoas de uma forma diferente. O trato com as pessoas de uma forma diferente, até de chegar ao ponto de amigos meus de cela chegar para mim e falar: ‘Carlos, repete o que você falou que eu não entendi. Cara, você tá falando muito difícil’. Isso pra mim foi interessante, eu comecei a perceber isso e a forma de tratar as pessoas também. Foi tão incrível.” (Andrade, 2020).

O formato dos clubes de leitura varia em cada unidade prisional. No Centro de Progressão Penitenciária de Hortolândia e na Penitenciária Feminina de Campinas, por exemplo, os clubes de leitura são compostos por quatro a cinco encontros (Oliveira, 2020). O primeiro envolve a entrega do livro, o qual é escolhido pelo próprio recluso, uma vez que a unidade prisional não possui 20 exemplares de cada título para que todos possam ler o mesmo livro ao mesmo tempo. No segundo encontro, cria-se uma roda de leitura, onde cada participante tem a oportunidade de falar sobre o seu livro. O terceiro encontro envolve a participação de uma pessoa externa (geralmente um escritor), o qual é convidado para falar sobre o processo de escrita, criação de personagens, e sobre a importância da leitura. No quarto encontro é realizada a formulação da resenha, na qual o agente mediador de leitura auxilia os reclusos

no processo de elencar os elementos que são importantes para a escrita da resenha. Finalmente, no quinto encontro, o recluso realiza a escrita da resenha utilizando um formulário específico para tal tarefa.

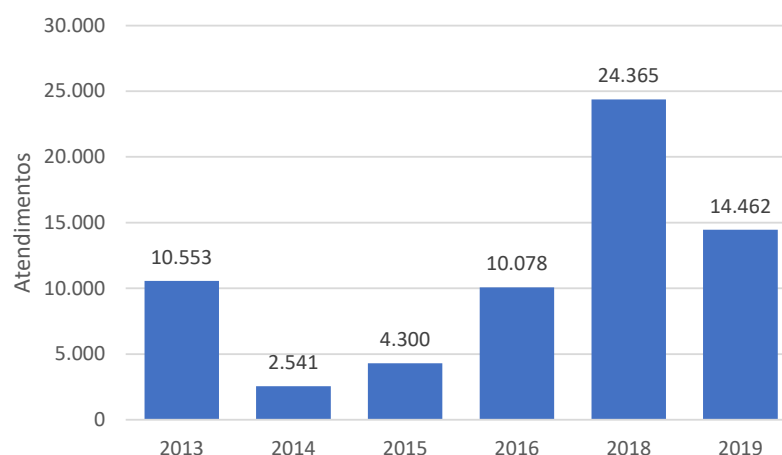
Segundo Elisande Quintino de Oliveira (Educadora e Mediadora dos Projetos de Leitura na Funap e Pesquisadora da UNICAMP):

“Sim, o projeto de leitura, ele valoriza, ele humaniza, ele torna a pessoa melhor, ele melhora o vocabulário, a pessoa aprende, a pessoa reflete, mas ele emancipa, ele humaniza, ele faz com que aquelas pessoas esquecidas se sintam parte de algo bonito e algo importante que vem relatado nos seus escritos e nas suas expressões artísticas.” (Oliveira, 2020).

Algumas das atividades desenvolvidas no contexto cultural também buscam criar conexões com os outros pilares de formação do programa. Como, por exemplo, a ação desenvolvida através de articulações do Grupo Regional de Ações de Trabalho e Educação (Grate) e da Diretoria do Centro de Trabalho e Educação (DCTE), a qual resultou em um teatro de fantoches realizado por reeducandas da Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu (SAP, 2019). A apresentação foi uma forma lúdica de explicar a importância do programa e seus módulos para reclusas que ainda não participam dos cursos de formação social.

Em relação ao número de atendimentos realizados no contexto das atividades culturais, observa-se que os números vêm crescendo ao longo dos anos. No primeiro semestre de existência do projeto (Julho à Dezembro de 2013), foram realizados 10.553 atendimentos. Em 2014 houve uma queda, sendo realizados 2.541 atendimento (Macedo, 2017). Em 2015, observa-se um pequeno aumento nos números, sendo registrados 4.300 atendimentos no ano (Moraes, 2016). Em 2016, manteve-se a tendência de aumento, registrando-se 10.078 atendimentos. Já em 2018, o número total de atendimentos em atividades culturais saltou para 24.365 (Governo do Estado de São Paulo, 2018). Em 2019, já no primeiro semestre, haviam sido registrados 14.462 atendimentos (Funap, 2020a). A evolução no número de atendimentos realizados entre 2013 e 2019 pode ser observada na Figura 4.

Figura 4. Total de atendimentos realizados no contexto das atividades culturais no período de 2013 a 2019. Em 2019 são contabilizados apenas os atendimentos realizados no primeiro semestre do ano.



Fonte: Funap, Governo do Estado de São Paulo, Moraes (2016) e Macedo (2017) (Figura produzida pela autora).

2.3 Análise de Programas de Reinserção Social: o Estado da Arte

Dentre os estudos que buscam analisar programas de reinserção social no sistema prisional brasileiro, é possível citar o estudo realizado por Nogueira (2015), o qual apresenta um diagnóstico da realidade do sistema prisional do estado de Sergipe, tendo como foco a identificação das políticas públicas de reinserção social dirigidas aos reclusos. Utilizando dados primários obtidos por meio de questionários respondidos por 525 reclusos de 7 unidades prisionais e dados secundários disponíveis no Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e Informações Penitenciárias (Infopen), o autor traçou um perfil dos reclusos do estado de Sergipe e identificou as políticas públicas destinadas à reinserção social dos reclusos. Os dados obtidos apontaram forte conexão entre a condição socioeconômica baixa e a prática de delitos patrimoniais e tráfico de entorpecentes. Segundo Nogueira (2015), existe uma atuação seletiva do Direito Penal que se configura como instrumento de criminalização dos menos favorecidos economicamente e de legitimação do processo de exclusão social.

Em relação aos programas de reinserção social, Nogueira (2015) observou que o trabalho e o estudo, aclamados como as principais ferramentas viabilizadoras da reinserção social, não são desenvolvidos a devida medida no estado de Sergipe, sendo poucos os postos de trabalho e estudo ofertados para os internos. As atividades laborativas executadas, consideradas como

subempregos, são incapazes de assegurar uma subsistência mínima do interno ao deixar o sistema, as quais são concentradas na conservação e limpeza das unidades.

Outra pesquisa semelhante foi realizada por Manfroi (2016) no estado de Santa Catarina. O autor buscou verificar quais políticas ressocializadoras previstas em nível nacional são aplicadas nos 46 estabelecimentos penais de Santa Catarina, visando avaliar se elas proporcionam algum benefício para a comunidade carcerária e a sociedade como um todo. De acordo com Manfroi (2016), os principais problemas do sistema penitenciário de Santa Catarina estão relacionados a superlotação e a reincidência penal, porém o estado vem implementando gradativamente as políticas de reinserção social previstas na legislação brasileira, sendo que não há um único estabelecimento penal que não seja aplicada ao menos uma das políticas públicas ressocializadoras. Apesar de propor-se a avaliar se as políticas públicas de reinserção social proporcionam algum benefício para a sociedade, o trabalho de Manfroi (2016) limita-se apenas a verificar quais programas de reinserção social são aplicados em Santa Catarina, não sendo realizada nenhuma análise sobre a real eficácia destes programas.

Em outro trabalho, Guimarães et al. (2017) buscaram avaliar a percepção dos presos que participam das atividades laborais implementadas no sistema carcerário através do projeto OLIMPO. O projeto, desenvolvido em parceria com a empresa Tramontina no Centro de Progressão Penitenciária de Belém (CPPB), envolve a capacitação profissional e atividades laborais de auxiliar de serviços gerais e gradeamento de madeira (SEAP, 2020). Os resultados da pesquisa de Guimarães et al. (2017) apontam que os presos que trabalham no projeto OLIMPO não possuem muitas expectativas em relação a vida pós-cárcere no que diz respeito à possibilidade de atuarem profissionalmente em outras empresas. Para os reclusos, as atividades desenvolvidas por eles não passam de serviços gerais que não os dota de capacidade técnica para exercer uma atividade profissional. Segundo Guimarães et al. (2017), é possível perceber, a partir das falas e comportamentos dos presos, que a palavra “trabalho no interior do cárcere” é sinônimo de “remição de pena”.

A educação no ambiente prisional é um alvo recorrente de diversas pesquisas. Nesse contexto, Passos (2012) explora a educação no sistema prisional no Estado de São Paulo, realizando uma análise do passado, presente e futuro da educação nos estabelecimentos penais. Através de

seu estudo, Passos (2012) conclui que o sistema prisional paulista não tem conseguido estruturar um programa educacional que possa prover aos reclusos a formação de que necessitam. Em outro trabalho, Carvalho et al. (2018), também buscaram analisar, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, como a educação ofertada nos presídios brasileiros pode contribuir para a ressocialização. Sua pesquisa bibliográfica aponta para a contribuição direta da educação ofertada no sistema penitenciário para a ressocialização dos reeducandos. Porém, a pesquisa documental constatou que ainda há muito a se fazer para a efetiva disseminação e fortalecimento da educação no sistema penitenciário brasileiro. Segundo Carvalho et al. (2018, p. 89), “a educação intramuros frequentemente é vista de maneira jocosa e desrespeitosa”.

Programas que buscam aplicar a educação a distância no sistema prisional brasileiro também já foram alvo de investigação. Um exemplo é o trabalho desenvolvido por Macedo (2018), o qual busca analisar a educação profissional a distância no sistema penitenciário como uma via plenamente possível para o aprimoramento da assistência educacional do preso. Segundo Macedo (2018), a educação a distância, que se orienta pelos princípios da autonomia e da responsabilidade, pode ser um importante instrumento para o exercício da cidadania nos presídios. Entretanto, Macedo (2018) conclui que levar a educação a distância a amplitude do sistema penitenciário brasileiro envolve diversos desafios, incluindo os altos índices de analfabetismo, analfabetismo funcional e analfabetismo tecnológico da população carcerária, além da falta de estrutura tecnológica dos estabelecimentos prisionais.

Os projetos desenvolvidos pela Funap também já foram alvo de pesquisas. Neste contexto, Favaro (2008) buscou compreender, a partir da relação educação-trabalho, a formação profissional do preso no sistema penitenciário paulista através das políticas de formação desenvolvidas pela Funap. Em seu trabalho, Favaro (2008) apresenta uma análise detalhada sobre a atuação da Funap como parte integrante da política de Estado de formação profissional do preso, contextualizando a sua criação, objetivos, trajetória e projetos. Através de uma análise dos projetos desenvolvidos pela Funap, Favaro (2008) conclui que, em 2008, a contrariedade e heterogeneidade da estruturação dos projetos de formação era evidente. O trabalho dos presos era visto apenas como uma alternativa para passar o tempo e conquistar alguma remição dos dias na prisão. Para Favaro (2008), o que é realizado nas prisões é

incompatível com a perspectiva de encontrar trabalho do lado de fora, fazendo com que as atividades desenvolvidas sejam apenas uma forma para “trabalhar na prisão”. Favaro (2008) também conclui que as relações de educação-trabalho nas prisões ocorrem de modo descoordenado, sendo ligadas mais à lógica do controle penitenciário do que propriamente à formação.

Apesar do estudo de Favaro (2008) compartilhar alguns objetivos em comum com o presente trabalho, o mesmo trata-se de um estudo realizado em 2008, consequentemente sua análise compreende um período anterior a criação do programa "De Olho no Futuro". De modo positivo, tal diferença cronológica permite que seja possível comparar a realidade atual do sistema penitenciário do estado de São Paulo com a realidade que antecede a implantação do programa "De Olho no Futuro".

Outro trabalho que busca analisar os projetos desenvolvidos pela Funap é apresentado por Silva (2016), no qual o autor analisa o significado e as contradições da educação e trabalho nas penitenciárias do Estado de São Paulo desenvolvidas no contexto do programa “De Olho no Futuro”. Através de uma pesquisa bibliográfica, documental e entrevista com gestores, monitores e supervisores que atuam na Penitenciária e Centro de Ressocialização de Presidente Prudente, Silva (2016) conclui que os programas de educação e qualificação profissional são apenas mais um elemento que contribui para a perpetuação dos indivíduos presos, sem existir interesse social para a modificação do universo carcerário. Segundo Silva (2016), ao adentrar nas unidades prisionais é possível perceber o quanto a educação sofre para se impor como elemento importante na vida dos internos:

“As escolas são, em sua maioria, insignificantes diante da estrutura prisional, não conseguem atender a todos, não há ventilação, muitas vezes as aulas e projetos ocorrem em locais improvisados.” (Silva, 2016, p. 129).

O presente trabalho diferencia-se da proposta apresentada por Silva (2016) devido aos objetivos do estudo. Enquanto Silva (2016) busca analisar a forma como a educação e o trabalho são ofertados dentro das unidades prisionais, o presente trabalho procura analisar as questões relacionadas a reinserção social dos reclusos que participam de tais atividades.

Ainda no contexto do Estado de São Paulo, Leme (2018) investiga as práticas educacionais desenvolvidas nas unidades prisionais a fim de identificar os limites institucionais que interferem na oferta e na qualidade da educação nas prisões. Entre os problemas encontrados, Leme (2018) destaca a forma como a oferta da educação formal nas prisões através da implantação de um programa que copia o que o Estado já ofertava na rede pública, com poucas alterações e sem adaptar o modelo ao contexto prisional. Segundo Leme (2018), as práticas educativas formais e não formais adotadas nas unidades prisionais do Estado de São Paulo não se aproximaram do que propõem a Diretrizes Nacionais de Educação, de modo que elas não garantem a formação integral e cidadã das pessoas que se encontram em situação de privação de liberdade.

3. METODOLOGIA

O desenvolvimento do presente trabalho envolveu duas etapas: a primeira visou a aquisição de conhecimentos sobre o objeto de estudo e a recolha de dados sobre o sistema prisional brasileiro, incluindo informações sobre os programas de reinserção social desenvolvidos no estado de São Paulo; a segunda etapa envolveu a utilização dos dados recolhidos para a realização de uma análise das políticas públicas de reinserção social desenvolvidas no contexto do Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - “De Olho no Futuro”.

A metodologia de pesquisa utilizada para recolha de dados envolveu métodos quantitativos e qualitativos. Através da pesquisa quantitativa, buscou-se analisar as características estatísticas da população prisional no estado de São Paulo, assim como destacar algumas características gerais do sistema prisional brasileiro. Ainda utilizando métodos quantitativos, buscou-se estudar dados estatísticos do Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - “De Olho no Futuro”, visando identificar a amplitude da população prisional beneficiada com as ações desenvolvidas no contexto do programa. Tais dados são complementados através de informações provenientes da pesquisa qualitativa, na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com técnicos que atuam no programa “De Olho no Futuro”, buscando esclarecer questões relacionadas ao funcionamento das ações desenvolvidas no contexto do programa.

Para a pesquisa quantitativa, foram utilizados dados estatísticos disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) através do Infopen (Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro). O Depen é um órgão público responsável por colher informações, através do Infopen, de todas as unidades prisionais brasileiras, incluindo dados de recursos humanos, capacidade, infraestrutura, gestão, assistências, população prisional, perfil das pessoas presas, entre outros. A existência e disponibilização pública de tais dados facilitou a análise estatística da população prisional sem que fosse necessário o contato com os estabelecimentos prisionais ou outros órgãos responsáveis. Diante do levantamento desses dados, foi possível traçar um perfil dos presos integrantes do sistema penitenciário. Para a obtenção de dados sobre o Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - “De Olho no Futuro”, recorreu-se a relatórios oficiais disponibilizados publicamente pela Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP-

SP), notícias e documentos oficiais divulgados pela Funap, além de dados de estudos realizados por outros autores.

Os dados obtidos através da pesquisa quantitativa, combinados com os resultados da pesquisa documental e bibliográfica acerca da reinserção social, servem de base para a fundamentação teórica do presente trabalho.

Apesar de os dados quantitativos serem úteis para formular uma visão geral do sistema prisional do estado de São Paulo, não são suficientes para analisar detalhadamente as políticas de reinserção social desenvolvidas no contexto do programa “De Olho no Futuro”. Para a obtenção de mais informações referentes ao programa (dados qualitativos), foram realizadas entrevistas com 4 técnicos da Funap (2 Gerentes Regionais, 1 Monitor de Educação, e 1 Ex-coordenador de Projetos). O roteiro das entrevistas foi elaborado buscando esclarecer questões relacionadas ao funcionamento das ações realizadas no contexto do programa, ao perfil e motivação dos reclusos que têm acesso às ações, além de questões relacionadas a reinserção social dos mesmos. O roteiro das entrevistas é apresentado no Anexo I.

O processo de seleção dos técnicos para a entrevista foi realizado de acordo com as indicações do Diretor de Atendimento e Promoção Humana da Funap, o qual foi responsável pelo contato inicial com esses técnicos para verificar a disponibilidade dos mesmos.

Após as indicações, os técnicos foram contatados pela pesquisadora, a qual explicou os objetivos da pesquisa e solicitou que os mesmos realizassem a leitura e assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido permitindo que as informações fornecidas pudessem ser utilizadas no presente estudo.

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado e foram realizadas via telefone devido a distância geográfica entre a pesquisadora (em Portugal) e os entrevistados (no Brasil). Apesar de existirem estudos que discursam sobre a inferioridade de entrevistas via telefone (Drabble et al., 2017), outros apontam que não existem diferenças significativas entre entrevistas realizadas pessoalmente ou via telefone (Sturges e Hanrahan, 2004). Dado que os argumentos daqueles que discordam do uso do telefone referem-se principalmente a estudos que envolvem sujeitos em situações de fragilidade ou assuntos pessoais, chegou-se a conclusão de que o uso do telefone não afetaria os resultados do presente estudo, pois o mesmo envolve

apenas os servidores da Funap e trata de assuntos técnicos relacionados às atividades realizadas no ambiente de trabalho.

Participaram das entrevistas: dois Gerentes Regionais, os quais são responsáveis por acompanhar os programas da Funap em diversas unidades prisionais de regiões específicas do estado de São Paulo, realizando articulações com entidades parceiras e idealizando novos projetos; um Monitor de Educação, o qual é responsável pela orientação dos monitores para a aplicação dos programas e atividades nas unidades prisionais; e um Ex-coordenador de Projetos, o qual atuava na coordenação das atividades culturais e educacionais, incluindo a articulação de clubes de leitura e atividades desenvolvidas pelos monitores. Buscando manter o anonimato dos participantes, atribuiu-se um identificador numérico a cada um dos entrevistados (Entrevistado 01, Entrevistado 02, ...), os quais são utilizados ao longo do presente trabalho em todas as citações de informações provenientes das entrevistas.

Após a recolha de dados quantitativos e qualitativos, a próxima etapa do presente estudo envolveu a análise desses dados buscando avaliar as políticas públicas de reinserção social desenvolvidas no contexto do programa “De Olho no Futuro”. Porém, a partir da análise de trabalhos relacionados, observou-se que não existe na literatura uma metodologia estabelecida sobre como analisar e avaliar programas de reinserção social. Buscando seguir uma metodologia clara de análise, optou-se por utilizar o guia proposto pelo UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime) para o desenvolvimento de programas de reabilitação e reinserção social em estabelecimentos penitenciários (UNODC, 2017).

O guia proposto pelo UNODC é um roteiro prático que visa auxiliar as administrações penitenciárias no processo de desenvolvimento de programas de reinserção social de alta qualidade (UNODC, 2017). O documento apresenta uma série de etapas práticas que devem ser adotadas a fim de atender aos padrões e normas internacionais de reinserção social no que diz respeito à educação, formação e trabalho. O guia divide-se em duas principais partes: a primeira apresenta um método para avaliar o perfil da população carcerária e o atual estado das atividades de reinserção social desenvolvidas dentro da prisão; já a segunda parte busca fornecer orientações sobre as questões que precisam ser consideradas para melhorar ou criar programas de reinserção social no contexto prisional. No contexto do presente trabalho, ambas as partes do guia são importante: enquanto a primeira nos permite analisar o estado

atual do programa “De Olho no Futuro”, a segunda fornece um direcionamento para propor melhorias.

Para avaliar o estado atual dos programas de reinserção social, o guia do UNODC propõe uma série de questões que precisam ser respondidas para estabelecer o ponto de partida a partir do qual desenvolvimentos e melhorias futuras podem ser propostas. A avaliação inicia-se com seis questões gerais sobre a população prisional e os atuais programas de educação, formação e trabalho:

- A. O que se sabe sobre as habilidades e aspirações dos prisioneiros? Incluindo o nível típico de educação e se eles têm alguma habilidade profissional que pode contribuir para o aprendizado e treinamento.
- B. Quantos presos estão atualmente inscritos nos programas de reinserção social?
- C. Como os presos são designados para os vários tipos de atividades e como o programa permite que eles possam continuar as atividades após a libertação?
- D. Como, e em cooperação com quais outras entidades (governamentais e não-governamentais), as atividades existentes são organizadas, supervisionadas e financiadas?
- E. Existe espaço físico disponível para acomodar as atividades atuais (e possíveis novas atividades de reinserção) de maneira segura, incluindo equipamentos e outros recursos necessários?
- F. Os presos frequentam educação, cursos de formação profissional ou trabalham fora das prisões e, em caso afirmativo, em que circunstâncias?

Além das questões gerais, o guia do UNODC ainda estabelece um conjunto de aspetos específicos para serem analisados em cada tipo de atividade desenvolvida. Como a educação formal e o trabalho não fazem parte do programa analisado no presente estudo, focaremos apenas nos aspetos relacionados à formação profissional. Neste sentido, o guia do UNODC estabelece os seguintes aspetos específicos a serem analisados:

- A. O leque de habilidades profissionais e vocacionais ensinadas: Os presos são treinados de acordo com um padrão nacional reconhecido? Os presos recebem qualificações credenciadas e certificadas? Os programas de formação profissional são escolhidos e

projetados de maneira a auxiliar os presos na obtenção de empregos após a libertação, em consonância com as reais necessidades do mercado de trabalho?

- B. Escolha sobre a formação: Os presos podem escolher qual programa de formação profissional se inscrever? A formação é organizada de maneira compatível com a participação dos presos em outras formas de educação ou trabalho remunerado?
- C. Qualidade da formação e das oficinas: Quem é encarregado de ministrar o treinamento (por exemplo, institutos de treinamento profissional, empresas ou funcionários do serviço prisional)? Qual a qualidade do equipamento e máquinas usadas nas oficinas? São tomadas precauções de segurança (por exemplo, roupas de proteção)?

4. ANÁLISE DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E CIDADANIA - “DE OLHO NO FUTURO”

O ponto de partida para a análise das políticas públicas de reinserção social desenvolvidas no contexto do Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - “De Olho no Futuro” envolve as questões gerais propostas no guia do UNODC sobre a população prisional e os atuais programas de reinserção social. Para responder a estas questões, foram utilizados os dados documentais sobre o sistema prisional, assim como as informações sobre o programa “De Olho no Futuro” obtidas de relatórios e através das entrevistas realizadas com os técnicos da Funap. Recorreu-se também a literatura recente acerca da reinserção social para uma análise mais profunda dos tópicos levantados em cada questão.

A primeira questão a ser analisada se refere ao perfil do recluso, mais especificamente às habilidades e aspirações da população prisional, incluindo o nível educacional e a profissão dos reclusos. Analisando os dados do sistema prisional do estado de São Paulo, é possível observar que a população prisional é predominantemente formada por jovens com idade entre 18 e 29 anos (47,09%). O que, ao menos em teoria, deveria ser sinônimo de jovens produtivos que poderiam contribuir para a sociedade. Porém, ao analisarmos a escolaridade e a formação dos mesmos, percebe-se que 47,4% da população privada de liberdade apresenta pouca ou nenhuma escolaridade, sendo analfabetos (1,6%), sem educação formal (1,5%) ou possuindo ensino fundamental incompleto (44,3%). Apenas 13,7% possui o ensino médio completo. Ao se considerar o ensino superior, as taxas são ainda mais insignificantes: 0,7% possui ensino superior completo e 1,1% possui ensino superior incompleto.

A baixa escolaridade também evidencia outra característica importante da população prisional no estado de São Paulo: a maioria dos reclusos não possuía uma profissão formal enquanto estavam em liberdade. Em muitos casos, os indivíduos entram para o mundo do crime como uma forma de sobrevivência. Tal observação condiz com a realidade encontrada em todo o sistema penitenciário brasileiro. Conforme apontado por Cavalcanti Neto (2017), as profissões mais comuns entre os reclusos são informais, como por exemplo, vendedor ambulante, vendedor de água em sinal de trânsito, catador de material reciclável, ajudante de pedreiro, etc.

A vulnerabilidade dos reclusos a nível social, educacional, pessoal e profissional, juntamente com a falta de oportunidades no mercado de trabalho, colabora de forma significativa para a prática criminosa. Ao mesmo tempo, as contrariedades no tratamento do sujeito no contexto de privação de liberdade, aumentam o agravamento da situação quando este deixar o sistema prisional, reforçando comportamentos que levam a prática de novos delitos.

A baixa escolaridade resulta na falta de opções profissionais, o que leva os indivíduos a trabalhos precários, que exigem força física e são mal remunerados. Isso faz com que os reclusos, ao serem libertados, prefiram a permanência no mundo do crime (Ferreira, 2011). Por esse motivo, é fundamental que o sistema prisional garanta o acesso à educação e a formação dos reclusos, visando aumentar as possibilidades de emprego quando eles regressão a sociedade. Segundo Julião (2010), a educação e a formação profissional nos presídios, além de fornecer aos reclusos a oportunidade de exercer uma atividade profissional digna quando os mesmos obterem a liberdade, também ajuda a coibir a ociosidade, a qual também é considerada um dos fatores que gera maior propensão à reincidência.

Além da baixa escolaridade e profissões informais, que são fatores presentes em grande parte da população prisional do estado de São Paulo, observa-se ainda algumas aspirações específicas nos reclusos que acessam ou demonstram interesse no programa “De Olho no Futuro”. Segundo os técnicos que atuam próximos aos reclusos, é possível observar que:

“Há uma variedade de perfis interessados no Programa, no entanto todos possuem o mesmo interesse na diminuição da pena, na aquisição de novos conhecimentos, ocupação do tempo e possibilidade de vida longe do crime.” (Entrevistado 01).

“Normalmente são pessoas que estão em busca de oportunidades de desenvolvimento de novas competências.” (Entrevistado 02).

“Normalmente são reclusos que estão buscando alternativas para o processo de reinserção na sociedade. Estas alternativas passam pelo desafio do conhecimento até novos rumos que dará a sua vida, saindo assim da vida do crime.” (Entrevistado 04).

A segunda questão a ser analisada se refere a quantidade de presos atualmente inscritos nos programas de reinserção social, incluindo a proporção de reclusos que têm a oportunidade de participar das atividades desenvolvidas (número de vagas) e a extensão dessa participação

(período integral, meio período ou ocasional). Em relação a essa questão, o primeiro ponto a se analisar diz respeito aos números oficiais de atendimentos divulgados pela Funap, os quais claramente não refletem a realidade. Por exemplo, no primeiro semestre de 2019 a Funap afirma ter realizado 8.150 atendimentos de formação profissional (Funap, 2020a), porém ao analisarmos os dados divulgados pelo Infopen para o mesmo período, observa-se que, em todo o estado de São Paulo, apenas 64 reclusos estiveram inscritos em cursos técnicos (com carga horária acima de 800 horas) e 409 reclusos estiveram inscritos em cursos de capacitação profissional (com carga horária acima de 160 horas de aula) (Infopen, 2019). Até mesmo considerando apenas o primeiro trimestre de 2019, a Funap já afirmava ter realizado mais de 4 mil atendimentos (Funap, 2019c), o que claramente não condiz com as informações apresentadas no Infopen. O mesmo se observa em relação às atividades culturais: enquanto a Funap afirma ter realizado 14.462 atendimentos no primeiro semestre de 2019, o Infopen indica 9.646 presos envolvidos em atividades complementares (videoteca, atividades de lazer, cultura).

Como mencionado anteriormente (seção 3.2), a Funap não registra o número de presos beneficiados, apenas o número de “atendimentos”. Ou seja, um mesmo recluso que participa de mais de um curso ou atividade, é contabilizado mais de uma vez. Tal cálculo torna os números divulgados pela Funap muito mais expressivos, mas por outro lado, não reflete a realidade. Isso se torna bem claro no contexto da formação social, onde são oferecidos 10 módulos de formação (de apenas 12 horas), onde 1 recluso participante em todos os módulos resultará em 10 atendimentos. Tal discrepância nos dados também foi observada por Leme (2018, p. 197):

“A falta de um critério claro para definir quantos alunos estão matriculados e quantos atendimentos foram realizados durante um período escamoteia a realidade de presos atendidos nas unidades prisionais do Estado de São Paulo.”

Leme (2018) ainda destaca que os dados de atendimentos das atividades desenvolvidas pela Funap apresentam bons índices, porém a forma como eles são calculados não deixa claro o número real de presos beneficiados, uma vez que as maiorias das ações desenvolvidas não apresentam o número efetivo de matrículas.

Apesar da Funap não divulgar o número oficial de vagas e a proporção de reclusos que têm a oportunidade de participar das ações desenvolvidas, foi possível observar, através das entrevistas com os técnicos, que o número de vagas não é suficiente para a demanda atual. Ao serem questionados sobre a existência de vagas para todos os interessados, todos os técnicos entrevistados afirmam não haver vagas suficientes:

“Não há vagas para todos os interessados em virtude da falta de espaço físico para a realização das atividades.” (Entrevistado 01)

“Na maioria das vezes, não há vagas. Dada a sobrepopulação em relação à capacidade física real das unidades prisionais, este número fica abaixo do esperado.” (Entrevistado 02)

“Não existe vagas para todos. Não existe espaço físico nas unidades para atender todos que tem interesse.” (Entrevistado 03)

“Não existe vaga para todos uma vez que as unidades normalmente estão com a sua população muito acima da sua capacidade inicial. Portanto a própria estrutura das unidades não é suficiente para atender toda a população. Mas para aqueles que buscam o processo de reinserção são plenamente contemplados com as vagas oferecidas.” (Entrevistado 04)

Diante do exposto, é possível perceber que existe um déficit de vagas em decorrência do encarceramento em massa no estado de São Paulo. Isso faz com que poucos reclusos possuam a oportunidade de participarem das ações de reinserção social. Além disso, os técnicos foram unânimes ao apontar como um dos principais empecilhos a falta de capacidade física nos presídios. Apesar do Infopen apontar para a existência de salas de aula em 87% das unidades prisionais do estado de São Paulo (um total de 734 salas), essas salas são também utilizadas para a educação formal (alfabetização, ensino fundamental e ensino médio), a qual, no primeiro semestre de 2019, atendia 17.919 reclusos (Infopen, 2019).

Ainda em relação ao espaço físico, observa-se que apenas 25% das unidades possuem salas de informática (um total de 47 salas) (Infopen, 2019), o que impossibilita que a maioria dos reclusos possam ter acesso à educação à distância. Entretanto, a maioria dos cursos oferecidos no contexto da formação profissional do programa de “Olho no Futuro” são na modalidade de educação à distância. Tal incoerência deixa clara a necessidade de aumentar a oferta de

curso presenciais ou de uma melhora significativa na infraestrutura das unidades prisionais através da criação de mais salas de informática.

A falta de estrutura para a educação à distância afeta até mesmo os reclusos que têm a oportunidade de iniciar os seus estudos. Como pode ser observado no relato do ex-recluso Carlos Andrade na Jornada da Leitura no Cárcere, onde o mesmo descreve que foi obrigado a interromper o seu curso superior em Pedagogia devido uma transferência para outra unidade prisional sem sala de informática:

“... tive a oportunidade de iniciar um curso superior em pedagogia, que por motivos burocráticos, não tive oportunidade de concluir... Por que que não conclui? Fui transferido de unidade e na outra unidade não existia essa possibilidade, já que na anterior tinha uma sala com computadores. O curso era a distância e com os computadores nós tínhamos o acesso ao portal da faculdade, fazíamos a matéria líamos. Tinha um período destinado a esse trabalho, íamos todo dia para essa sala, a unidade apoiava, era excelente. Na outra unidade não tinha, não tinha computador, não tinha as condições da sala, então por isso acabou não acontecendo.”

A falta de vagas é apenas um reflexo de outro problema mais grave que afeta todo o sistema penitenciário brasileiro: a superlotação. Apesar do aumento do número de prisões ser visto por muitos como uma forma de contenção da violência, é completamente ilusório pensar dessa forma. Como apontado por Langeani e Ricardo (2016), a superlotação, a violação de direitos, a falta de ambientes e atividades propícias à ressocialização apenas levam ao crescimento de facções criminosas em presídios e, conseqüentemente, ao aumento da violência dentro e fora das prisões.

A terceira questão indicada no guia do UNODC visa identificar como os presos são designados para as atividades desenvolvidas no programa. Sendo comum a existência de uma demanda maior do que o número efetivo de vagas, é importante que o processo de seleção de reclusos seja regido por regras transparentes e justas, que não sejam suscetíveis à discriminação ou corrupção. Além disso, a terceira questão também trata da forma como o programa permite que os presos possam continuar as atividades após a libertação.

Apesar de tais informações não serem divulgadas por meio de nenhum documento oficial, é possível observar, através das entrevistas com os técnicos, que cada unidade prisional possui

as suas regras específicas relacionadas a segurança e comportamento para que os reclusos possam ter acesso às atividades do programa:

“O Programa é feito para todos os interessados, tentando ao máximo possibilitar o aprendizado de maneira socializada. No entanto, as unidades prisionais possuem critérios relacionados à segurança e disciplina para seleção dos participantes, visto que o espaço destinado para atividades educativas nas prisões é bem restrito.” (Entrevistado 01).

“O principal requisito é que ele esteja apto pela unidade, através de informações disciplinares, a frequentar o pavilhão escolar.” (Entrevistado 04).

Além das questões relacionadas à segurança e disciplina, destacam-se também pré-requisitos gerais relacionados à educação dos reclusos:

“Para a formação modular do PET é desejável ser alfabetizado. Nos cursos profissionalizantes, na maioria dos casos, ter cursado ou estar cursando, pelo menos, o ensino fundamental.” (Entrevistado 02).

“É necessário que tenham uma escolaridade mínima para que possam acompanhar o processo.” (Entrevistado 04).

Em relação a continuidade das atividades após a libertação, observa-se que tal continuidade somente poderia ser viável no caso da formação profissional, uma vez que as atividades culturais abrangem ações não-contínuas e a formação social envolve cursos de curta duração que são ofertados apenas dentro dos estabelecimentos prisionais. Entretanto, observa-se que maioria dos cursos de formação profissional são elaborados especificamente para o público encarcerado, o que geraria dificuldades aos ex-reclusos ao tentar o aproveitamento das horas cursadas no interior das unidades prisionais. Além disso, não é realizado nenhum acompanhamento dos ex-reclusos por parte da Funap. Consequentemente, não há relatos de ex-reclusos que tentaram continuar a sua formação fora da prisão.

Através dos relatos dos técnicos, percebe-se a informalidade no acompanhamento dos ex-reclusos:

“Existe uma dificuldade em acompanhar eles em liberdade. O que tenho notícia são de alguns que moram na cidade que tenho uma amizade e as vezes tenho notícias.” (Entrevistado 03).

“Não existe nenhum acompanhamento documentado. O que temos são algumas devolutivas de educandos egressos do sistema que mostra que existe um resultado bastante positivo do programa.” (Entrevistado 04).

“Apenas sabemos de histórias de reeducandos que passaram pelo Programa e conseguiram se inserir no mercado de trabalho.” (Entrevistado 01).

A falta de acompanhamento dos ex-reclusos que participaram das atividades do programa nos leva a questionar a efetividade das ações desenvolvidas, uma vez que não é realizada nenhuma avaliação dos resultados obtidos. A Funap concentra-se apenas em contabilizar o número de atendimentos, mas estes representam apenas as entradas do processo que levaria a reinserção social. Para avaliar a efetividade do programa, é essencial haver algum acompanhamento dos ex-reclusos, ou, pelo menos, dos casos de reincidência que estiveram envolvidos anteriormente nas ações desenvolvidas no contexto do programa.

De acordo com Lopes et al. (2013), ao deixar o sistema prisional, os ex-reclusos ficam expostos a vulnerabilidades, riscos sociais e estigmas decorrentes do processo de criminalização e aprisionamento, o que dificulta o acesso e a inclusão do ex-recluso na sociedade e no mercado de trabalho formal. Tais problemas tornam o acompanhamento dos ex-reclusos importante, não somente para avaliar a efetividade dos programas de reinserção social, mas também para auxiliar os ex-reclusos e contribuir para a sensibilização de empresas que possam oferecer oportunidades de trabalho aos mesmos.

A quarta questão trata da cooperação entre o programa e outras entidades governamentais e não-governamentais, buscando identificar as entidades, as responsabilidades das entidades, e até que ponto o envolvimento dessas entidades é adequado e sustentável. Analisando as parcerias da Funap, no contexto do programa "De Olho no Futuro", é possível observar algumas parcerias realizadas com instituições de ensino e organizações da sociedade civil, dentre as quais é possível destacar:

- SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial): um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina.²

² <http://www.sp.senai.br/>

- CPS (Centro Paula Souza): autarquia do Governo do estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Está presente em 322 municípios e é responsável pela administração de 223 Escolas Técnicas (Etecs) e 73 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais.³
- IFSP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo): autarquia federal de ensino e reconhecida pela sociedade paulista por sua excelência no ensino público gratuito de qualidade.⁴
- Instituto Presbiteriano Mackenzie: uma instituição educacional privada, confessional e sem fins lucrativos presente em diversas cidades do estado de São Paulo.⁵

As parcerias realizadas entre a Funap e outras entidades concentram-se principalmente no contexto das atividades de formação profissional. Tais parcerias envolvem maioritariamente entidades de ensino, através das quais torna-se possível a oferta de cursos profissionalizantes com certificação reconhecida. Além de oferecer a certificação, as entidades parceiras também participam de todo o processo de ensino dos reeducandos. De acordo com um dos técnicos entrevistados:

“Busca-se parceiros externos que oferecem cursos sem vínculo com o sistema prisional, como Centro Paula Souza, SENAI, Instituto Federal, entre outros. Dessa forma, os reeducandos adquirem certificados que podem ser utilizados em entrevistas de emprego sem gerar mais preconceitos.” (Entrevistado 01).

O preconceito apontado pelo técnico é também discutido por Cabral e Medeiros (2015), os quais destacam que a punição de privação de liberdade acaba com o fim do cumprimento da pena, mas o recluso passa a ser visto pela sociedade de forma preconceituosa pelo resto de sua vida. Durante e após o cumprimento da pena, o recluso é estigmatizado, o que contribui para a sua exclusão do convívio social. Nesse contexto, o aprendizado e a certificação em cursos profissionalizantes, que levem o recluso a autonomia quando este retornar ao convívio social, são de suma importância para uma reinserção social efetiva.

³ <https://www.cps.sp.gov.br/>

⁴ <https://www.ifsp.edu.br/>

⁵ <https://www.mackenzie.br/instituto/>

A quinta questão trata do espaço físico disponível para acomodar as atividades do programa, incluindo também a disponibilidade de equipamentos e outros recursos necessários para o desenvolvimento das atividades. Apesar do espaço físico ser sempre limitado, é necessário que o mesmo respeite os elementos básicos de saúde e segurança dos envolvidos nas atividades.

Analisando os dados do Infopen em relação a estrutura física dos estabelecimentos prisionais no estado de São Paulo, fica clara a falta de espaços destinados ao desenvolvimento de ações de reinserção social. No contexto da formação profissional, para o qual são necessárias oficinas para a realização de atividades práticas, observa-se que apenas 66% dos estabelecimentos prisionais do estado de São Paulo possuem algum tipo oficina (Infopen, 2019), nas quais são incluídas oficinas de padaria e panificação, corte e costura industrial, artesanato, marcenaria, serralheria, entre outras. Além disso, as oficinas existentes são utilizadas, tanto para o oferecimento de cursos profissionalizantes, quanto para o trabalho remunerado, o que reduz ainda mais as possibilidades de oferta de cursos no contexto da formação profissional. Cursos tecnológicos são ainda mais afetados pela falta de estrutura: apenas 25% das unidades prisionais no estado de São Paulo possuem salas de informática (Infopen, 2019).

Para cursos e atividades que não requerem nenhum equipamento especial e podem ser realizadas em salas de aula, observa-se que estas estão presentes em uma maior quantidade de unidades prisionais: 87% (Infopen, 2019). Mas, como já mencionado, estas são usadas prioritariamente para a educação formal (alfabetização, ensino fundamental e ensino médio), o que reduz a possibilidade de ampliar a oferta de atividades de formação social, profissional e cultural.

A escassez de espaço físico é evidente para aqueles que atuam no programa “De Olho no Futuro”. Segundo os técnicos entrevistados, a falta de espaço físico e de recursos são as principais dificuldades encontradas no programa:

“A maior dificuldade está na escassez de espaço físico para contemplar todos os interessados. A falta de recursos também prejudica as ações.” (Entrevistado 01).

Em relação à segurança, observa-se que é obrigatório o uso de equipamentos de proteção (como máscaras, óculos, capacetes, protetores auriculares, luvas, entre outros) em todas as atividades que possam ocasionar algum tipo de risco aos reclusos dentro do sistema penitenciário brasileiro. O uso dos equipamentos de segurança é fundamental para a garantia da proteção e saúde dos reclusos, prevenindo assim a possibilidade de acidentes.

A superlotação das unidades prisionais brasileiras, a falta de espaço físico e a falta de recursos são fatores negativos que impede a ressocialização plena dos indivíduos. De acordo com Mendes (2015), a falta de espaço físico para o desenvolvimento de atividades educativas e de formação profissional reflete diretamente na ociosidade dos reclusos. A ociosidade, conhecida como um dos fatores que mais prejudica a reinserção social, permite que os reclusos utilizem o tempo na prisão para conceber outros crimes, alimentar sentimentos de ódio e vingança, bem como planejar rebeliões ou fugas (Reck, 2017).

A sexta e última questão geral indicada no guia do UNODC visa identificar se os presos frequentam educação, cursos de formação profissional ou trabalham fora das prisões, incluindo a identificação das condições impostas aos reclusos para a participação em tais atividades. Apesar do sistema penitenciário desenvolver ações para o trabalho dos reclusos fora dos estabelecimentos prisionais, o programa “De Olho no Futuro” não contempla nenhuma atividade desenvolvida fora das prisões. Todas as ações de formação social, profissional e cultural são desenvolvidas dentro dos estabelecimentos prisionais.

Após a análise das questões gerais, passamos à análise dos aspectos específicos da formação profissional indicados pelo guia do UNODC. Nesse contexto, o primeiro aspecto a ser analisado diz respeito ao conjunto de cursos profissionalizantes oferecidos, buscando identificar se os mesmos seguem um padrão nacional reconhecido, se são oferecidos certificados de formação, além da forma como os cursos são selecionados.

Analisando o funcionamento das ações de formação profissional desenvolvidas no contexto do programa “De Olho no Futuro”, observa-se um ponto positivo na oferta de cursos através de parcerias com instituições de ensino: todos os cursos seguem um padrão nacional reconhecido, cuja certificação é oferecida pelas instituições de ensino, sem que haja distinção entre a certificação obtida fora ou dentro dos estabelecimentos prisionais.

Em relação ao conjunto de cursos oferecidos, a Funap afirma que os mesmos são selecionados levando em consideração o perfil de cada unidade prisional e as demandas da sociedade, dando prioridade as profissões de exercício autônomo que possam auxiliar os reclusos na obtenção de empregos após a libertação (Funap, 2018a). Dentre as áreas de formação abrangidas pelos cursos, a Funap destaca: construção civil, elétrica, administração, informática, empreendedorismo, agropecuária, panificação, confeitaria, logística, pintura, vendas, marketing, gestão e desenvolvimento, maquiagem, manicure e pedicure (Funap, 2018a; Funap, 2019c). Entretanto, observa-se que a oferta de cursos profissionalizantes não é contínua, ou seja, alguns cursos ocorrem poucas vezes e abrangem um pequeno conjunto de reclusos de determinadas unidades prisionais. Aqui, nota-se um aspecto negativo da oferta de cursos através de parcerias: quando a parceria termina, o curso é encerrado e removido do repertório de cursos.

O segundo aspecto a ser analisado, no contexto da formação profissional, diz respeito à liberdade de escolha que os reclusos têm em relação a qual curso frequentar. Tal questionamento nos leva novamente a questão da falta de vagas discutida anteriormente, onde fica claro que os reclusos não têm muita liberdade de escolha devido a escassez de vagas. Tal liberdade também é afetada pela sazonalidade com que os diferentes cursos de formação são oferecidos.

É de conhecimento geral, embora nem sempre atendido e praticado em contextos de privação de liberdade, que a educação e a formação somente são possíveis quando existe comprometimento e vontade própria proveniente do educando, o qual deve ser crítico e ter a possibilidade de escolher o seu próprio caminho. De acordo com Ribeiro (2017), é desejável que o preso sempre possa escolher qual profissão deseja aprender. Isto garante interesse e motivação do educando, os quais são fatores indispensáveis para se obter resultados favoráveis na formação e também na reinserção social dos reclusos.

Analisando a oferta formativa do programa “De Olho no Futuro” percebe-se que, além da escassez de vagas, a liberdade de escolha também é afetada pela unidade prisional na qual os reclusos se encontram. Observa-se que muitos cursos profissionalizantes são ofertados apenas para algumas unidades específicas, seja pela falta de estrutura física dos demais estabelecimentos ou devido ao tipo de parceria firmada com a entidade parceira. Outro fator

de exclusão que se destaca está relacionado ao fato da grande maioria dos cursos de formação serem oferecidos apenas na modalidade de educação à distância, o que prejudica o acesso da maioria dos reclusos, visto que, como mencionado anteriormente, apenas 25% das unidades prisionais no estado de São Paulo possuem salas de informática (um total de 47 salas) (Infopen, 2019).

Por último, o terceiro aspecto da formação profissional a ser analisado busca verificar a qualidade da formação e das oficinas, incluindo as pessoas responsáveis pelo treinamento e a qualidade do equipamento usado nas oficinas. Em relação a essa questão, observa-se novamente um aspecto positivo na oferta de cursos através de parcerias com instituições de ensino: os profissionais responsáveis pela formação dos reclusos são provenientes das instituições parceiras, sendo adequadamente qualificados para as atividades de ensino. Por outro lado, em relação a qualidade dos espaços e equipamentos, foi perceptível através das entrevistas com técnicos, relatos de falta de espaço físico e recursos extremamente limitados para a aquisição e manutenção de equipamentos, o que prejudica a qualidade das ações realizadas.

De acordo com Carvalho et al. (2018), é certo que um ambiente prisional com limitações de espaço e falta de equipamentos e materiais didáticos não representa um ambiente propício para o desenvolvimento de práticas educativas de qualidade comparáveis com as desenvolvidas do lado de fora. Por isso, é importante que o educador seja capaz de tornar esse espaço hostil em um ambiente acolhedor para que aconteça a troca de saberes e experiências. Entretanto, não é possível que todas essas responsabilidades sejam passadas ao educador, para que se tenha uma formação profissional de qualidade nos presídios são necessários investimentos que vão desde aquisição de equipamentos adequados até a expansão do espaço físico destinado às atividades de formação.

5. CONCLUSÕES

Visando avaliar as políticas públicas de reinserção social desenvolvidas no estado de São Paulo através do Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - “De Olho no Futuro”, este trabalho explorou e analisou as estratégias adotadas pelo programa, o perfil da população prisional, além de características específicas do ambiente prisional e das atividades nele desenvolvidas. Através dessa análise, buscou-se identificar os principais problemas que afetam a efetividade das ações de reinserção social e propor melhorias gerais, que possam vir a ser utilizadas para aprimorar o caráter ressocializador das ações desenvolvidas no programa. Tais problemas e propostas, assim as conclusões gerais do presente trabalho, são apresentadas e discutidas neste capítulo.

Utilizando como base os questionamentos propostos no guia do UNODC para a avaliação de programas de reinserção social, começamos pela identificação dos problemas que afetam a efetividade do programa.

O primeiro problema identificado diz respeito à abrangência das atividades desenvolvidas no contexto do programa, sobre o qual observa-se que o número de vagas oferecidas não é suficiente para abranger uma quantidade significativa de reclusos. Tal observação é válida não apenas para o programa “De Olho no Futuro”, mas para todo o sistema prisional no estado de São Paulo: em Junho de 2019, apenas 12,34% dos reclusos estavam envolvidos em atividades educacionais ou de formação profissional (7,58% na educação formal e 4,76% na formação profissional e outras atividades educacionais). Por outro lado, observa-se que 47,4% dos reclusos no estado de São Paulo não têm o ensino fundamental completo e outros 36,7% não possuem o ensino médio completo, o que indica que a demanda para atividades educacionais e formação profissional é muito maior do que a efetivamente atingida pelos programas de reinserção social. Especificamente no programa “De Olho no Futuro”, observa-se que os motivos para tal baixa abrangência das atividades vão desde a falta de recursos, falta de espaço físico, até ao encarceramento em massa que afeta todo o sistema penitenciário brasileiro.

É evidente que a estrutura do sistema prisional brasileiro é amplamente insuficiente para atender as necessidades e assegurar os direitos de todos reclusos. A superlotação, que acaba

por gerar diversos tipos de problemas físicos, sociais e mentais nos reclusos, também impede que muitos tenham acessos às atividades de reinserção social, uma vez que as vagas disponibilizadas são sempre limitadas, seja por falta de recursos ou limitações no espaço físico. Nesse contexto, é imprescindível que sejam criadas políticas públicas voltadas para o desencarceramento da população prisional. Nas atuais condições de sobrelotação, é muito mais difícil desenvolver programas de reinserção social que possam atingir uma parcela razoável da população prisional ou ao menos garantir um mínimo de dignidade para as pessoas em privação de liberdade.

O segundo aspecto negativo observado no programa diz respeito a contabilização de “atendimentos” realizada pela Funap, onde nota-se uma falta de controle e clareza na forma como o número de reclusos envolvidos nas atividades do programa são contabilizados. A estratégia de contabilizar o número de atendimentos claramente serve para inflacionar os números, fazendo parecer que o programa atende a uma grande parcela da população prisional, mas ao analisarmos os dados mais concretos do Infopen, observa-se que a realidade é outra. Além disso, os dados conflitantes existentes em diferentes relatórios e fontes nos levam a questionar a falta de controle que a própria Funap tem em relação à informação por ela contabilizada.

A falta de um critério claro para contabilizar os reclusos matriculados nas atividades do programa apenas encobre a realidade vivenciada dentro das unidades prisionais. Por isso, é necessário um maior comprometimento dos responsáveis pelas ações, em especial daqueles que gerenciam as informações, para que haja uma maior clareza e precisão nos dados contabilizados e divulgados. A falta de informação vai além do registro das atividades do programa, é necessário que exista um mapeamento constante e correta atualização dos dados gerais dos reclusos, garantindo assim uma maior exatidão dos números que abrangem o sistema penitenciário.

O terceiro problema observado diz respeito a falta de acompanhamento dos ex-reclusos que participaram das atividades do programa. Tal acompanhamento é importante não apenas para avaliar os resultados obtidos, mas também para auxiliar os ex-reclusos quando estes voltam a viver em sociedade, onde os mesmos passam a ser expostos a vulnerabilidades, riscos sociais e estigmas decorrentes do processo de criminalização e aprisionamento que

dificultam a inclusão dessas pessoas na sociedade e no mercado de trabalho formal. Como observado, o programa “De Olho no Futuro” não prevê e não realiza nenhum tipo de acompanhamento dos ex-reclusos, concentrando-se apenas na realização das atividades de ensino e formação. Tal acompanhamento também não é realizado por nenhuma outra unidade do sistema prisional, deixando os ex-reclusos completamente expostos às vulnerabilidades do mundo exterior.

Infelizmente essa é a realidade da maioria dos sistemas prisionais em todo o mundo: após cumprirem as penas, os reclusos são abandonados à sua sorte. Muitas dessas pessoas deixam a prisão sem nada e sem ninguém, ficando expostas a “ajudas” mal-intencionada que acabam por levá-las diretamente pelo caminho da reincidência. O acompanhamento dos ex-reclusos é essencial para uma plena reintegração social dos mesmos e, por isso, deve ser tratado como uma obrigação social do Estado que vem para beneficiar não somente os ex-reclusos, mas também toda a sociedade. É necessário que o Estado passe a investir na promoção do bem-estar social e na igualdade real entre os cidadãos, especialmente ao que se refere aos ex-reclusos devido a sua situação de necessidade e os interesses públicos envolvidos.

O quarto ponto negativo observado, o qual também está relacionado a falta de acompanhamento dos ex-reclusos, é referente a falta de registros sobre a reincidência dos reclusos. Apesar de tal informação não poder ser de responsabilidade apenas do programa, uma vez que essa depende de um esforço geral do sistema penitenciário para acompanhar e registrar devidamente os reclusos, ela é de extrema importância para que seja possível avaliar a real efetividade das atividades desenvolvidas. Sem tal informação, se torna difícil avaliar como as ações de reinserção social afetam a vida e o comportamento dos reclusos quando estes deixam o sistema prisional. Se estivéssemos vivendo há 10 ou 20 anos no passado, poderíamos exaltar a dificuldade em se registrar e manter um sistema com os dados prisionais, mas vivemos em um mundo cercado por tecnologias e sistemas informáticos. Por mais que os estabelecimentos prisionais tenham dificuldades orçamentárias e estruturais, não é mais justificável que não seja possível criar um sistema único de registro prisional onde seja possível manter e acessar as informações dos reclusos, podendo automaticamente obter-se dados sobre a reincidência.

Um quinto aspecto negativo que se observa especificamente em relação às atividades de formação profissional é a predominância de cursos oferecidos apenas na modalidade de ensino a distância. Apesar de ser uma forma válida de ensino defendida por muitos educadores, questiona-se se os estabelecimentos prisionais estão mesmo preparados para oferecer as condições mínimas para que os reclusos possam participar de tais formações. Como já mencionado, apenas 25% das unidades prisionais no estado de São Paulo possuem salas de informática, o que limita o acesso da maioria dos reclusos aos cursos de formação a distância. Outro fator limitador reside na baixa escolaridade da população prisional, o que cria uma barreira adicional ao acesso de grande parte dos reclusos às atividades de ensino a distância que requerem habilidades prévias, como a leitura, escrita, interpretação de textos, e conhecimentos mínimos de informática.

Ainda em relação às atividades de formação profissional, ao analisarmos a oferta formativa, observa-se que todos os cursos são oriundos de uma parceria com alguma instituição de ensino pública ou privada. Apesar de isso ser um fator positivo no que diz respeito à certificação, também nos leva a crer que opção de ensino a distância é apenas para reduzir custos, uma vez que tais instituições já possuem os materiais didáticos para o ensino a distância prontos para serem reutilizados pelos reclusos.

No mundo tecnológico em que vivemos, é evidente que o ensino a distância tem ganhado cada vez mais importância como ferramenta capaz de eliminar barreiras e diminuir os custos para o acesso ao ensino. Nesse contexto, não é difícil ver tal modalidade de ensino como uma alternativa válida para a formação profissional dentro dos estabelecimentos prisionais. Porém, para que isso se torne realidade no contexto prisional, é necessário que o Estado garanta que os reclusos tenham acesso adequado à tecnologia. Quando a estrutura das unidades prisionais não é adequada, deve-se sempre priorizar o ensino presencial, mesmo que este requeira um maior investimento para a contratação de professores e aquisição de materiais.

Apesar do sistema prisional brasileiro ter evoluído no que diz respeito às políticas públicas ao longo dos anos, ainda é possível encontrar inúmeras fragilidades que dificultam a reinserção social dos reclusos. Na maioria dos casos, a falta de estrutura dos presídios e a escassez de

oportunidades para todos os reclusos, faz com que o tempo de prisão sirva meramente como punição, deixando de lado o caráter educativo da pena de privação de liberdade.

Como visto neste trabalho, o sistema prisional no estado de São Paulo explora, através do programa “De Olho no Futuro”, a educação e a formação profissional como formas de auxiliar a reinserção social dos reclusos. Porém, como foi possível observar, tais atividades são oferecidas para uma parcela mínima da população carcerária. É insustentável pensar que apenas a detenção possa gerar transformações nos indivíduos, uma vez que os índices de criminalidade e reincidência continuam elevados, ficando evidente que o Estado não tem conseguido atingir os objetivos de ressocialização dos seus reclusos.

É possível concluir que mudanças nas prisões são necessárias. A oferta de educação, formação profissional e trabalho dentro dos estabelecimentos prisionais são ações possíveis e necessárias, mas é preciso que tais ações façam parte de uma política pública integrada que envolva todas as assistências previstas na Lei de Execução Penal. Além disso, também são necessárias mudanças mais profundas na sociedade, pois mesmo com os programas de reintegração social, os reclusos continuam estigmatizados pela sociedade e são tratados de maneira sub-humana no sistema prisional. Somente o cumprimento da pena não os torna socialmente aceitos e a marca de ex-recluso coloca limites no convívio social, impossibilitando sua real reinserção na sociedade. A baixa escolaridade, associada ao preconceito e a falta de investimento em projetos e programas de reinserção social acaba por gerar um ciclo vicioso, ampliando a criminalidade e violência.

REFERÊNCIAS

- Amaro, F. (2019). Criminologia e Reinserção Social. In F. Amaro, & D. Costa (Eds.) *Criminologia e Reinserção Social* (pp. 1-19). Lisboa: Editora Pactor.
- Andrade, C. (2020). *O Poder Transformador dos Livros*. Palestra na Jornada da Leitura no Cárcere. [Video]. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=YEnv4Ww_SYk. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020
- Andrade, C. C., Júnior, A. O., Braga, A. A., Jakob, A. C., & Araújo, T. D. (2015). *O Desafio da Reintegração Social do Preso: Uma Pesquisa em Estabelecimentos Prisionais* (Relatório Ipea), Conselho Nacional de Justiça, Brasília. Recuperado de http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4375/1/td_2095.pdf. Obtido em 23 de Maio de 2019
- Baratta, A. (1999). Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal. In Santos, J. (trad.). *Coleção Pensamento Criminológico edição, 6ª edição*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Brasil (2008). *CPI do Sistema Carcerário*. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. Recuperado de <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/sistema-prisional/relatorio-final-cpi-sistema-carcerario-2008>. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020
- Cabral, Y. T., & Medeiros, B. A. (2015). Família do Preso: Efeitos da Punição Sobre Unidade Familiar. *Revista Transgressões*, 2 (1), 50-71. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6652>. Obtido em 12 de Abril de 2019
- Carvalho, K. R. S. A., Santo, J. S., Júnior, C. F. C., & Santos, I. G. (2018). A Educação em Prisões Frente à Ressocialização e a Reinserção Social. *Revista Humanidades & Inovação*, 5 (4), 81-90. Recuperado de <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/658>. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020
- Cavalcanti Neto, P. F. M. B. (2017). *Perfil do preso preventivo no Brasil: uma construção filosófica-política, cultural, midiática e racista* (Trabalho de Conclusão de Curso de

- Bacharelado em Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco), Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24068>. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020
- Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988 - Art. 5º. Recuperado de https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_5_.asp. Obtido em 23 de Maio de 2019
- Decreto de Lei nº 1.238*, de 22 de Dezembro de 1976. Autoriza o Poder Executivo a instituir Fundação denominada "Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso". Recuperado de <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1976/alteracao-lei-1238-22.12.1976.html>. Obtido em 10 de Janeiro de 2020
- Decreto de Lei nº 8.643*, de 25 de 1994. Dá denominação à entidade fundacional que especifica. Recuperado de <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1994/lei-8643-25.03.1994.html>. Obtido em 14 de Abril de 2020
- Depen (2018). *Departamento Penitenciário Nacional*, Ministério da Segurança Pública. Recuperado de <http://depen.gov.br/DEPEN>. Obtido em: 23 de Maio de 2019
- Drabble, L., Trocki, K. F., Salcedo, B., Walker, P. C., & Korch, R. A. (2016). Conducting qualitative interviews by telephone: Lessons learned from a study of alcohol use among sexual minority and heterosexual women. *Qualitative social work :research and practice*, 15 (1), 118-133. <https://doi.org/10.1177/1473325015585613>
- Ellison, M., Szifris, K., Horan, R., & Fox, C. (2017). A Rapid Evidence Assessment of the effectiveness of prison education in reducing recidivism and increasing employment. *Probation Journal*, 64 (2), 108-128. <http://doi.org/10.1177/0264550517699290>
- Falcade, I. A., & Luz, A. A. (2019). Capitalismo, direitos humanos e encarceramento no Brasil. *Revista Trama Interdisciplinar*, 9 (2), 141-153. Recuperado de <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/11144>. Obtido em 23 de Maio de 2019
- Favaro, M. F. (2008). *Políticas de Formação do Trabalhador Preso - a FUNAP*. (Dissertação de Mestrado em Estudos e Desenvolvimento em Educação, Universidade de Estadual de

Campinas), Campinas, Brasil. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1033>. Obtido em 23 de Maio de 2019

Ferreira, A. R. (2011). Crime-prisão-liberdade-crime: o círculo perverso da reincidência no crime. *Serviço Social & Sociedade*, 107, 509-534. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300008>

Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In Dreyfus, H. L., Rabinow, P. (edit.), *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249), Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.

Funap (2015). *Boletim informativo do Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania*. Edição 1, Junho/2015. Recuperado de <https://www.slideshare.net/VagnerMachado2/de-olho-no-futuro-edio-1>. Obtido em 10 de Janeiro de 2020

Funap (2018a). *Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania completa cinco anos e bate 600 mil atendimentos à reeducandos de São Paulo*. Recuperado de <http://www.funap.sp.gov.br/site/index.php/noticia/184>. Obtido em 10 de Janeiro de 2020

Funap (2018b). *Funap, SAP e Grupo Teleport Educacional dobram parceria que oferece cursos em Educação à Distância*. Recuperado de <http://www.funap.sp.gov.br/site/index.php/noticia/198>. Obtido em 10 de Janeiro de 2020

Funap (2019a). *Iniciativa da Funap soma mais de 700 mil atendimentos realizados em seis anos*. Recuperado de <http://www.funap.sp.gov.br/site/index.php/noticia/234>. Obtido em 10 de Janeiro de 2020

Funap (2019b). *Reeducandos participam de Curso Técnico em Administração*. Recuperado de <http://www.funap.sp.gov.br/site/index.php/noticia/244>. Obtido em 10 de Janeiro de 2020

Funap (2019c). *#BalançoTrimestral: Funap gera mais de 2 mil novas vagas de trabalho em 3 meses*. Recuperado de <http://www.funap.sp.gov.br/site/index.php/noticia/214>. Obtido em: 10 de Janeiro de 2020

- Funap (2020a). *Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania – “De Olho no Futuro”*. Recuperado de http://www.funap.sp.gov.br/site/index.php/programas/programa_educ. Obtido em 10 de Janeiro de 2020
- Funap (2020b). *Programa Jus - Apoio Jurídico ao Preso*. Recuperado de http://www.funap.sp.gov.br/site/index.php/programas/programa_jus. Obtido em 10 de Janeiro de 2020
- Funap (2020c). *Programa de Alocação de Mão de Obra*. Recuperado de http://www.funap.sp.gov.br/site/index.php/programas/programa_alocacao. Obtido em 10 de Janeiro de 2020
- Funap (2020d). *Programa de Incentivo à Leitura - "Lendo a Liberdade"*. Recuperado de http://www.funap.sp.gov.br/site/index.php/programas/programa_incentivo. Obtido em 10 de Janeiro de 2020
- Funap (2020e). *Centros de Produção e Qualificação Profissional*. Recuperado de http://www.funap.sp.gov.br/site/index.php/programas/centros_producao. Obtido em 10 de Janeiro de 2020
- Furtado, L., & Condeço, C. (2009). A reinserção pelo trabalho ou a importância do trabalho e da formação profissional na reinserção de pessoas sujeitas a medidas judiciais. *Ousar Integrar – Revista de reinserção social e prova*, 3, 39-52.
- Gabriel, D. M. S. (2007). *(De)formação de adultos em contexto prisional: um contributo* (Dissertação de Mestrado em Estudos e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Educacionais, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto), Porto, Portugal. Recuperado de https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=29786. Obtido em 23 de Maio de 2019
- Gomes, C., Duarte, M., & Almeida, J. (2004). Crimes, penas e reinserção social: Um olhar sobre o caso português. *Ata do Atelier Direito, Crimes e Dependência do V Congresso Português de Sociologia*, Braga, Portugal (pp. 27-34). Recuperado de https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR4628adea6692c_1.pdf. Obtido em 23 de Maio de 2019

- Governo do Estado de São Paulo, 2018. *Relatório Anual do Governo do Estado*, Volume I, Governo do Estado de São Paulo. Recuperado de <https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Downloads/Relat%C3%B3rio-Anual-do-Governo-do-Estado/Relat%C3%B3rio%20Anual%20do%20Governo%20-%202018%20-%20Vol.%201.pdf>. Obtido em 9 de Fevereiro de 2020
- Guimarães, S. F., Barp, W. J., & Nummer, F. V. (2017). Reinserção social da população do cárcere e suas expectativas no projeto Olimpo em Belém do Pará. *Novos Cadernos NAEA*, 20 (1), 213-230. <http://doi.org/10.5801/ncn.v19i1.1886>
- Huang, K., Atlas, R., & Parvez, F. (2012). The Significance of Breastfeeding to Incarcerated Pregnant Women: An Exploratory Study. *Birth*, 39 (2), 145-155. <http://doi.org/10.1111/j.1523-536X.2012.00528.x>
- IBGE (2010). *Censo Demográfico de 2010*. Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Obtido em 27 de Maio de 2019
- IBGE (2019). Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Obtido em 12 de Dezembro de 2019
- IBGE (2019). *Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Obtido em 10 de Janeiro de 2020
- IBGE, 2018. *Pirâmide Etária*. Recuperado de <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020
- Infopen (2000). *Relatório Sintéticos do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias - Infopen - Atualização - Novembro de 2000*, Ministério da Segurança Pública, Brasil. Recuperado <http://dedepen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/populacaocarcerariasintetico2000.pdf>. Obtido em 22 de Janeiro de 2020

- Infopen (2005). *Relatório Analítico do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias - Infopen - Atualização - Dezembro de 2005*, Ministério da Segurança Pública, Brasil. Recuperado de <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatoriosanaliticos/br/total-brasil-dez-2005.pdf>. Obtido em 22 de Janeiro de 2020
- Infopen (2006). *Relatório Analítico do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias - Infopen - Atualização - Dezembro de 2006*, Ministério da Segurança Pública, Brasil. Recuperado de <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatoriosanaliticos/br/total-brasil-dez-2006.pdf>. Obtido em 22 de Janeiro de 2020
- Infopen (2007). *Relatório Analítico do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias - Infopen - Atualização - Dezembro de 2007*, Ministério da Segurança Pública, Brasil. Recuperado de <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatoriosanaliticos/br/total-brasil-dez-2007.pdf>. Obtido em 22 de Janeiro de 2020
- Infopen (2015). *Relatório de Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Atualização - Dezembro de 2015*, Ministério da Segurança Pública, Brasil. Recuperado de http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatoriosanaliticos/br/2015_brasil_retificado2.xlsx. Obtido em 21 de Janeiro de 2020.
- Infopen (2016). *Relatório de Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Atualização - Junho de 2016*, Ministério da Segurança Pública, Brasil. Recuperado de http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Obtido em 06 de Maio de 2019
- Infopen (2016). *Relatório de Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Atualização - Dezembro de 2016*, Ministério da Segurança Pública, Brasil. Recuperado de <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatoriosanaliticos/br/relatorioconsolidado-dez-2016-nacional.xls>. Obtido em 21 de Janeiro de 2020.

- Infopen (2017). *Relatório de Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Atualização - Dezembro de 2017*, Ministério da Segurança Pública, Brasil. Recuperado de <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/br/RelatorioConsolidadoNacionalDez2017.xls>. Obtido em 21 de Janeiro de 2020.
- Infopen (2019). *Relatório de Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Atualização - Junho de 2019*, Ministério da Segurança Pública, Brasil. Recuperado de <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/SP/sp>. Obtido em 21 de Janeiro de 2020.
- IPEA (2015). *Reincidência Criminal no Brasil* (Relatório de Pesquisa), Governo Federal, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Rio de Janeiro. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf. Obtido em 12 de Abril de 2019
- Ireland, T. D. (2011). Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. *Em Aberto*, 24 (86), 19-39. Recuperado de <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2714>. Obtido em 12 de Abril de 2019
- Julião, E. F. (2010). Uma Visão Socioeducativa da Educação Como Programa de Reinserção Social na Política de Execução Penal. *Vertentes*, 35. Recuperado de https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes_35/elionaldo.pdf. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020
- Julião, E. F. (2016). Escola na ou da prisão? *Cadernos Cedes*, 36 (98), 25-42. <http://doi.org/10.1590/CC0101-32622016162554>
- Junior, J. F. S. (2016). *O Significado e as Contradições da Educação para o Trabalho nas Penitenciárias do Estado de São Paulo, Desenvolvidos pela Fundação Doutor Manoel Pedro Pimentel* (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Oeste Paulista), Presidente Prudente, Brasil. Recuperado de <http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handle/jspui/1000>. Obtido em 13 de Janeiro de 2020.

Langeani, B., & Ricardo, C. (2016). Um chamado à razão. *Informativo Rede Justiça Criminal*, 8. Disponível em: <https://redejusticacriminal.org/pt/portfolio/um-chamado-a-razao/>. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020

Lei nº 1.238, de 22 de dezembro de 1976. Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Recuperado de <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1976/alteracao-lei-1238-22.12.1976.html>. Obtido em 12 de Abril de 2019

Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. Recuperado de <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26893679/artigo-23-da-lei-n-12852-de-05-de-agosto-de-2013>. Obtido em 12 de Dezembro de 2019

Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Obtido em 12 de Abril de 2019

Lei Nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Diário Oficial da União. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm. Obtido em 03 de Dezembro de 2019.

Lei Nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Diário Oficial da União. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm. Obtido em 04 de Abril de 2019.

Leme, J. A. G. (2018). *Educação nas prisões do Estado de São Paulo: esforços históricos e os limites institucionais* (Tese de Doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), São Paulo. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21495?mode=full>. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020

- Lopes, R., Resende, J. M., & Alvarenga, A. A. (2013). Projeto Regresso e o Trabalho Formal de Egressos do Sistema Prisional. In *O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social / Comissão de Formação Teórica e Prática do PrEsp*. Instituto Elo. Disponível em: <http://institutoelo.org.br/site/files/publications/6249f589266779f9bd30d6a403db544f.pdf>. Obtido em: 22 de Fevereiro de 2020
- Macaulay, F. (2006). Prisões e política carcerária. In: Lima, R., Paula, L. (Orgs.). *Segurança pública e violência: o estado está cumprindo o seu papel?*. São Paulo: Editora Contexto.
- Macedo, M. B. (2017). *Direito Penal: Caráter Ressocializador nos Crimes de Colarinho Branco*. Artigo apresentado no Curso de Direito do Centro Universitário São Lucas, Porto Velho, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.saolucas.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2117/Ma%C3%ADra%20Benarrosh%20Macedo%20%20Direito%20penal%20%20car%C3%A1ter%20ressocializador%20nos%20crimes%20de%20colarinho%20branco.pdf>. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020
- Macedo, M,F,S. (2018). *Educação Profissional a Distância no Sistema Penitenciário Brasileiro*. (Tese de doutorado em Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie), São Paulo. Recuperado de <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/3927/5/Maria%20Fernanda%20Soares%20Macedo.pdf>. Obtido em 14 de Abril de 2020
- Manfroi, I. (2016). Políticas públicas de ressocialização na gestão do sistema carcerário. *Âmbito Jurídico*. Recuperado de http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17109. Obtido em 12 de Abril de 2019.
- Mendes, T. R. (2015). *Ociosidade no cárcere com vistas a não ressocialização e a não reinserção do preso na sociedade* (Monografia de Conclusão de Curso em Direito, Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo), Presidente Prudente, Brasil. Recuperado de http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/view_/5318. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020

- Ministério da Justiça (2015). *Políticas de trabalho promovem reinserção social de detentos*, Ministério da Justiça, Governo Federal. Recuperado de <http://www.justica.gov.br/news/politicas-de-trabalho-promovem-reinsercao-social-de-detentos>. Obtido em 12 de Abril de 2019
- Molina, A. G. P. (2013). *O que é Criminologia*, 8ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Moraes, F. G. (2016). *Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - “De Olho no Futuro”*, Prêmio Innovare, Edição XIII, 2016. Recuperado de <https://www.premioinnovare.com.br/pratica/1350/print>. Obtido em 9 de Fevereiro de 2020
- Moreira, J. J. S. (1994). *Vidas Encarceradas: Estudo Sociológico de uma Prisão Masculina*. Coleção Cadernos do CEJ. Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários, Lisboa.
- Morujó, J. S. G. (2017). *O Papel da Formação Profissional na Reinserção Profissional de Ex-Reclusos* (Dissertação de Mestrado em Gestão Estratégica de Recursos Humanos, Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Ciências Empresariais), Setúbal, Portugal. Recuperado de <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/19757>. Obtido em 12 de Abril de 2019
- Newton, D., Day, A., Giles, M., Wodak, J., Graffam, J., & Baldry, E. (2018). The Impact of Vocational Education and Training Programs on Recidivism: A Systematic Review of Current Experimental Evidence. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 62 (1), 187-207. <http://doi.org/10.1177/0306624X16645083>
- Nogueira, G. R. (2015). *As Políticas Públicas de Reinserção Social no Sistema Penitenciário Sergipano (2013 - 2014)* (Dissertação de Mestrado em Direitos Humanos, Universidade Tiradentes), Aracaju, Brasil. Recuperado de <https://mestrados.unit.br/wpcontent/uploads/sites/5/2017/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Gabriel-As-Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-de-Reinser%C3%A7%C3%A3o-Social-no-Sistema-Penitenci%C3%A1rio-de-Sergip.pdf>. Obtido em 20 de Abril de 2019

- Núncio, M. J. S. (2019). A Intervenção Promotora da Reinserção Social da População Reclusa. In F. Amaro, & D. Costa (Eds.) *Criminologia e Reinserção Social* (pp. 21-41). Lisboa: Editora Pactor.
- Oliveira, E. Q. (2020). *As Tantas Possibilidades que os Livros Podem Oferecer na Prisão*. Palestra na Jornada da Leitura no Cárcere. [Video]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=gFmnn9zHG5E>. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020
- Passos, T. B. (2012). *Educação prisional no Estado de São Paulo: passado, presente e futuro* (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências), Marília. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/91168>. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020
- Pastana, D. R. (2009). Estado punitivo e encarceramento em massa: retratos do Brasil atual. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 77, p. 313. Recuperado de: https://carceropolis.org.br/static/media/publicacoes/Estado_punitivo_e_encarceramento_em_massa_-_retratos_do_Brasil_atual_Pastana_2009.pdf. Obtido em 12 de Maio de 2019.
- Pedrosa, N. (2017). *Programa dá recomeço aos detentos*. Jornal Expressão, 2 de Maio de 2017. Recuperado de https://issuu.com/iedasantos2/docs/express_o_1_maio_2017. Obtido em 10 de Janeiro de 2020
- Pinto, C. (2019). Ética na Reinserção Social. In F. Amaro, & D. Costa (Eds.) *Criminologia e Reinserção Social* (pp. 203-230). Lisboa: Editora Pactor.
- Pires, T. R. O. (2018). *Vozes do cárcere: ecos da resistência política*. Projeto de Pesquisa, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado de: https://www.jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2019/02/Vozes_do_carece.pdf Obtido em 12 de Maio de 2019.
- Porporino, F. J., & Robinson, D. (1992). *Can educating adult offenders counteract recidivism?* (Research Report No. R-22), Correctional Service of Canada, Ontario, Canada. Recuperado de <http://www.csc-scc.gc.ca/research/005008-r22e-eng.shtml>. Obtido em 12 de Abril de 2019

Portal da Transparência (2019). Orçamento da Despesa Pública, Controladoria-Geral da União. Recuperado de <http://www.portaldatransparencia.gov.br/orcamento/despesas>. Obtido em 28 de Dezembro de 2019

Quantick, R. (2007). *Outcome Effects of Education for Federally Incarcerated Males in Canada's Prairie Region* (Dissertação de Mestrado em Educação, Faculty of Education, Queen's University), Kingston, Ontario, Canada. Recuperado de <https://qspace.library.queensu.ca/handle/1974/666>. Obtido em 12 de Abril de 2019

Reck, E. M. (2017). *(Re) Inserção Social de Egressos do Sistema Prisional: Dificuldades e Alternativas* (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Universidade de Cruz Alta), Cruz Alta, Brasil. Recuperado de <https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2017/03/DISSERTA%C3%87%C3%83O-EDUARDO-RECK-FINAL.pdf>. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020

Resolução SAP nº 136/14. Publicado em 24/09/2014 no Diário Oficial - Poder Executivo - Seção I, São Paulo, 124 (180) - 9

Ribeiro, P. D. (2017). *(Res) Socialização de Presos* (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Direito, Faculdade da Saúde e Ecologia Humana - FASEH), São Paulo, Brasil. Recuperado de https://sistemaaula.faseh.edu.br/cadernos_tecnicos/index.php/direito/article/view/150. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020

Santos, B. S. (2003). *A Reinserção Social dos Reclusos - Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*. Relatório do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Recuperado de http://opj.ces.uc.pt/portugues/relatorios/relatorio_14.html. Obtido em 12 de Abril de 2019

SAP (2016). *Projeto "Arte que Liberta" exhibe obras de arte no CPP de Jardinópolis*. Recuperado de <http://www.sap.sp.gov.br/noticias/not713.html>. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020

SAP (2019). *Secretaria de Administração Penitenciária*. Recuperado de <http://www.sap.sp.gov.br>. Obtido em 12 de Abril de 2019

SAP (2019). *Reeducandas apresentam teatro de fantoches na Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu*. Recuperado de <http://www.sap.sp.gov.br/noticias/not1538.html>. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020

SEAP (2020). *Projetos Sociais*, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Recuperado de <http://www.susipe.pa.gov.br/content/projetos-sociais>. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020

SEE & SAP (2015). *Plano Estadual de Educação nas Prisões (2015-2016)*. Plano apresentado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação e Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça. São Paulo. Recuperado de: <https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/983.pdf>. Obtido em 10 de Janeiro de 2020

Silva, G. S., & Masson, M. A. C. (2017). Políticas públicas de educação prisional no Brasil: currículo e orientações internacionais. *III Seminário Internacional de Pesquisas em Prisão*, Pernambuco, Recife, Brasil. Recuperado de http://www.prisoies2017.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=22. Obtido em 13 de Dezembro de 2019

Silva, J. F. J. (2016). *O significado e as contradições da educação para o trabalho nas penitenciárias do estado de São Paulo, desenvolvidos pela fundação "Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel" (Funap)* (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Oeste Paulista), Presidente Prudente. Recuperado de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UOES_070c70bec6e3235f72cb4220875d775e. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020

Singer, P. (2006). *A economia solidária no sistema penitenciário*. Brasília: Editora Senaes.

Sousa, C. M. C. (2015). *As Políticas de Reinserção Social de Reclusos: um estudo de caso com reincidentes* (Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade da Beira Interior),

Covilhã, Portugal. Recuperado de <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/5512>. Obtido em 12 de Abril de 2019

Stiglitz, J (2013). *O preço da desigualdade*. Lisboa: Editora Bertrand.

Studart, L. M. C. (2014). A reinserção social dos egressos do sistema prisional brasileiro: realidade ou utopia?. *Revista Episteme Transversalis*, 6 (1), 78-92. Recuperado de <http://revista.ugb.edu.br/index.php/episteme/article/view/80>. Obtido em 12 de Abril de 2019

Sturges, J. E., & Hanrahan, K. J. (2004). Comparing Telephone and Face-to-Face Qualitative Interviewing: a Research Note. *Qualitative Research*, 4 (1), 107-118. <https://doi.org/10.1177/1468794104041110>

Trisotto S. (2005). *O Trabalho Prisional como Instrumento de Reabilitação Social: Uma perspectiva Crítica*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina), Florianópolis, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101904>. Obtido em Janeiro de 2020

UNODC (2016). *Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela)*, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Recuperado de https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf. Obtido em 23 de Maio de 2019

UNODC (2017). *Roadmap for the Development of Prison-based Rehabilitation Programmes*, Criminal Justice Handbook Series, United Nations Office on Drugs and Crime, Vienna, 2017. Recuperado de https://www.unodc.org/documents/middleeastandnorthafrica/2018/Roadmap_for_the_Development_of_Prison-based_Rehabilitation_Programmes_ENG.pdf. Obtido em 22 de Fevereiro de 2020

Wacquant, L (2003). Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. In Aguiar, E. (trad.). *Coleção Pensamento Criminológico*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Revan.

Wacquant, L. (1999). *As Prisões da Miséria*. Telles, A. (trad.). São Paulo: Editora Zahar.

Zackseski, C., Machado, B. A., & Azevedo, G. (2017). O Encarceramento em Massa no Brasil: Uma Proposta Metodológica de Análise. *Revista Crítica Penal y Poder*, 12, 269-289. Recuperado de <http://revistes.ub.edu/index.php/CriticaPenalPoder/article/view/18420>. Obtido em 10 de Maio de 2019.

ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 1) Qual o seu nome?
- 2) Qual a sua função?
- 3) Quais as atividades que você realiza dentro do presídio?
- 4) Qual é a sua formação académica e profissional? O que te levou a atuar nesse serviço?
- 5) Qual é o seu envolvimento com o programa “De Olho no Futuro”?
- 6) Quais são as atividades realizadas no contexto do programa? Qual sua opinião sobre essas atividades?
- 7) Quais são os pré-requisitos para os reclusos acessarem as atividades do programa? Qual sua opinião sobre esses pré-requisitos?
- 8) Qual é o perfil do preso que acessa e/ou tem interesse no programa?
- 9) Existem vagas para todos os interessados? Por quê?
- 10) Na sua opinião, quais os pontos fortes e fracos do programa? Por quê?
- 11) Existe algum acompanhamento dos reclusos que tiveram acesso ao programa após eles obterem liberdade? Caso exista, como esse acompanhamento é realizado e quais resultados observados?
- 12) Existem dados sobre a reincidência de reclusos que participaram do programa?
- 13) Como você caracteriza a formação profissional no contexto do programa? Quais os principais objetivos?
- 14) Como você caracteriza a formação social no contexto do programa? Quais os principais objetivos?
- 15) Como você caracteriza as atividades culturais desenvolvidas no contexto do programa? Quais os principais objetivos?

- 16) Que motivações levam os reclusos a frequentar atividades de formação profissional?
- 17) Que motivações levam os reclusos a frequentar atividades de formação social?
- 18) Que motivações levam os reclusos a frequentar atividades culturais?
- 19) Quais as maiores dificuldades encontradas na mobilização dos reclusos e na realização das atividades desenvolvidas no contexto do programa?
- 20) Considera que a oferta formativa é adequada às necessidades da população prisional? (Como é feito esse levantamento?)
- 21) Considera que a oferta de formação social é adequada às necessidades da população prisional? (Como é feito esse levantamento?)
- 22) Considera que a oferta de atividades culturais é adequada às necessidades da população prisional? (Como é feito esse levantamento?)
- 23) Como é feito o acompanhamento dos reclusos que participam das atividades? É um acompanhamento eficiente? Como acha que deveria ser realizado?
- 24) Qual a sua percepção sobre a reinserção social no contexto do estado de São Paulo?
- 25) Como avalia os resultados da formação dos reclusos em relação ao aprendizado e ao contributo para a reinserção profissional?
- 26) Dada sua experiência atuando no programa, considera que as atividades efetivamente realizadas são importantes para a reinserção profissional dos ex-reclusos? De que modo? (nível social/pessoal/profissional/etc.)
- 27) Que sugestões faria para melhorar as atividades formação profissional dentro dos estabelecimentos prisionais?
- 28) Que sugestões faria para melhorar as atividades formação social dentro dos estabelecimentos prisionais?

29) Que sugestões faria para melhorar as atividades culturais dentro dos estabelecimentos prisionais?

30) Gostaria de acrescentar mais alguma informação ou opinião que considera relevante?